



Entrevista: Roberto Mangabeira Unger

paraná cooperativo

Ano 4
Número 48
Abril - 2009



AV. Cândido de Abreu, 501 - 80530-000 - Curitiba - PR - www.ocepar.org.br

Nascente do Rio Iguaçu / Foto: Aniele Nascimento/Gazeta do Povo

Meio Ambiente **Um dever de todos**

Ocepar e cooperativas elaboram propostas para aperfeiçoamento da legislação ambiental. Preservação é responsabilidade de toda a sociedade, no campo e nas cidades.

Chegou

Margarina
Coamo Família
Saborosa no pão e no fogão.



INOVA



Surpreendente como sua família!

COAMO
Produzindo Alimentos
www.coamo.com.br

ALIMENTOS
Coamo
A vida com mais sabor

Meio ambiente: todos estamos no mesmo barco

João Paulo Koslovski

Presidente do Sistema OCEPAR



“Toda a sociedade tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo imposto à coletividade o dever de preservá-lo”. (Constituição Brasileira, artigo 225).

Nos últimos meses, as discussões em torno do Código Florestal Brasileiro colocaram o tema meio ambiente de volta às manchetes dos meios de comunicação. Diante da pressão que o tema exerce sobre os agricultores, principalmente em função da obrigatoriedade da averbação da reserva legal, o Estado de Santa Catarina resolveu estabelecer uma legislação própria, menos impactante na economia agrícola.

No Paraná, o sistema cooperativista realizou estudos para propor alterações na legislação que entende corretas face à responsabilidade da sociedade na preservação ambiental, conforme define a própria constituição federal.

O que as cooperativas reivindicam é bom senso e equilíbrio entre produção e preservação. E principalmente: a evolução na legislação só acontecerá se envolver a toda a sociedade. Preservar e cuidar da natureza não pode ser uma atribuição somente do homem do campo. A população urbana também deve participar, compartilhando a responsabilidade de conservar e os custos da recuperação de nossa biodiversidade.

No campo, as ações de desenvolvimento sustentável ganharam força com o plantio direto, recolhimento de embalagens de agroquímicos, plantio de mata ciliar e produção de combustíveis renováveis. A pergunta que se faz é quanto às contrapartidas urbanas, onde vivem 82% dos brasileiros. O que as cidades têm feito para recuperar e preservar o meio ambiente e quais as penalidades previstas? Essas penalidades ocorrem de fato e podem inviabilizar economicamente os cidadãos como está acontecendo no meio rural?

A degradação ambiental é gravíssima na maioria das cidades do país. Rios apodrecidos, esgoto sem

tratamento, lixões a céu aberto, ocupações habitacionais em áreas de preservação e de mananciais, entre outros problemas, revelam o descaso com o assunto. E também há desinformação e má fé com a rejeição a qualquer tentativa de debater a lei de forma técnica, a partir de estudos e pesquisas de instituições respeitadas, como a Embrapa.

Quem tenta discutir o assunto com racionalidade é logo acusado de ser “destruidor da Amazônia”, uma retórica rasa que emperra o debate sério e desconsidera as diferenças regionais de um país continental como o Brasil. O que está em jogo no Congresso Nacional transcende o próprio Código Florestal e se configura uma escolha entre um modelo de desenvolvimento equilibrado, associado à realidade, com direitos e deveres estendidos a toda a sociedade, ou um arcabouço de regras radicais para agradar à opinião pública internacional, mas sem viabilidade prática.

Portanto, o meio ambiente é um problema de quem vive nele e sobrevive dos seus recursos que não são infinitos. Estamos todos no mesmo barco, todos somos causadores, diretos ou indiretos, dos danos ao meio ambiente. Por isso não se pode imputar a responsabilidade da sua preservação apenas àqueles que estão mais próximos dos recursos naturais palpáveis: as florestas, o solo, a água, os animais, os combustíveis fósseis e os minerais, e sim a todos os cidadãos brasileiros, pois a maior poluição advém do setor urbano e não do rural. Essa é nossa posição que pode ser percebida nesta edição, na qual procuramos aprofundar um pouco as discussões e apresentar as nossas propostas para ampliar a preservação ambiental, tornando-a mais exequível. Propostas para que os 82% da população brasileira que vivem nas cidades compartilhem a responsabilidade e os custos da preservação ambiental com os 18% que vivem no campo. O esforço cooperativo produz maior resultado. Basta ver o que o cooperativismo já vem fazendo em benefício do equilíbrio do meio ambiente.

Desenvolvimento sustentável e planejamento estratégico

Nesta edição da revista Paraná Cooperativo o leitor poderá conhecer com profundidade as propostas da Ocepar para o aperfeiçoamento do Código Florestal Brasileiro. Matéria especial mostra que as discussões no Congresso podem ter sérios desdobramentos na agropecuária brasileira. Especialistas, pesquisadores e cooperativistas debatem o tema e apontam os caminhos que o país deve trilhar em busca do desenvolvimento sustentável, preservando o meio ambiente e garantindo a viabilidade no campo. A aglutinação de forças em torno das propostas ganha força a cada dia e o trabalho da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) é considerado essencial para o sucesso das reivindicações do setor.

E justamente em busca de subsídios para um plano de desenvolvimento, que o ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, desembarcou no Paraná. Na companhia do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, visitou cinco cooperativas e conheceu experiências do sistema no estado. Em entrevista à revista, Mangabeira revelou detalhes do ideário que vai nortear a construção do plano para o país e analisou a potencialidade e os entraves ao crescimento brasileiro.

No ramo crédito, a revista dá destaque à sanção da lei que insere as cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN), uma antiga reivindicação do segmento. A medida garante segurança jurídica necessária para o funcionamento, facilitando o acesso ao crédito para pequenos produtores, comerciantes, industriais e população de baixa renda. Reportagem mostra também que os investimentos das cooperativas seguem elevados, apesar da crise que afeta a economia mundial. Crise que, aliás, foi tema dos conferencistas do Fórum Financeiro, evento que ocorreu na Ocepar e mostrou que há sinais pequenos de retomada, considerados positivos, ainda que não haja motivos para comemoração.

Acompanhe todas as notícias relevantes para o setor cooperativista, como as mudanças na referência para o enquadramento do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar), que visam incluir mais cooperativas no cadastro e, por consequência, milhares de produtores rurais cooperados. São alguns dos temas desta edição da revista Paraná Cooperativo.

Boa Leitura!

6



Entrevista: o ministro de Assuntos Estratégicos do Brasil, Roberto Mangabeira Unger, defende um novo modelo de desenvolvimento para o país



10

Especial: Ocepar e cooperativas elaboram propostas para o aperfeiçoamento do Código Florestal Brasileiro e conclamam a participação de toda a sociedade

22



Assembleia Geral Ordinária: Ocepar presta contas e apresenta os números do setor

40 Mercosuper: cooperativas demonstram seus produtos na feira paranaense de supermercados

DIRETORIA DA OCEPAR

Presidente

João Paulo Koslovski

Diretores

Áureo Zamprônio
Frans Borg
Valter Pitol
José Otaviano de Oliveira Ribeiro
Paulino Capelin Fachin
Orestes Barrozo Medeiros Pullin
Manfred Alfonso Dasenbrock
Edvino Schadeck
Dilvo Grolli
Valter Vanzella
Renato José Beleze
Luiz Lourenço
José Aroldo Gallassini
Jorge Karl

Conselho Fiscal

Ricardo Silvio Chapla
Miguel Rubens Tranin
Gaspar de Geus

Suplentes

Paulo Henrique Cariani
Antônio Sérgio de Oliveira
Valdir Luiz Ferst

Superintendente

José Roberto Ricken

Superintendente Adjunto:

Nelson Costa

DIRETORIA DO SESCOOP-PR

Presidente

João Paulo Koslovski

Conselho Administrativo

Valter Pitol
Luiz Lourenço
Guntolf van Kaick
Josiany de Fátima Rolo

Suplentes

Frans Borg
Jorge Karl
Célia Hoffmann
Ramon Belisário (*in memoriam*)

Conselho Fiscal

Luiz Humberto de Souza Daniel
Gabriel Nadal
Eurico Woitowicz

Suplentes

Almir Montecelli
Francisco Augusto Sella
Carmem Teresa Zagheti Reis

Superintendente

José Roberto Ricken

EXPEDIENTE

Revista Paraná Cooperativo:

Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar/Sescoop-PR.
Editor Responsável: Samuel Zanella Milléo Filho (DRT/PR 3041) **Editor Assistente:** Ricardo Rossi **Redação:** Eloy Setti, Marli Vieira e Ricardo Rossi **Apoio:** Cleide de Paula.
Fotos: Imprensa Ocepar. **Conselho Editorial:** João Paulo Koslovski, José Roberto Ricken, Nelson Costa, Flávio Turra, Gerson Lauermann, Leonardo Boesche, Samuel Zanella Milléo Filho, Eloy Setti **Diagramação, fotolito e impressão:** Editora Paranaense. **Redação:** Av. Cândido de Abreu, 501, CEP 80530-000, Centro Cívico, Curitiba - Paraná. **Telefone:** (41) 3200-1100 / (41) 3200-1109. **Endereço Eletrônico:** imprensa@ocepar.org.br **Página na Internet:** www.ocepar.org.br **As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.**

28



Sancionada lei que inclui as cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN)



33

Especialistas debatem a crise econômica mundial no Fórum Financeiro e indicam pequena retomada



34

Ministros visitam cooperativas do Paraná em busca de subsídios para um plano estratégico brasileiro

44 Investimentos 2009/2010: apesar da crise mundial, setor mantém projetos de expansão

50 Cooperativismo perde o líder Ivano Barberini, presidente da ACI

Roberto Mangabeira Unger

Ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos

Um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil

A sombra de um avião move-se por entre a paisagem dos campos gerais. A aeronave sobrevoa a região central do Paraná, com destino a Guarapuava. Em seu interior, viaja o homem que tem a incumbência de apontar direções e planejar o país para os próximos dez, 20, 30 anos. Ministro de Assuntos Estratégicos do Brasil, Roberto Mangabeira Unger absorve informações, projeta cenários, compreende distintas realidades e acumula dados para a construção de um plano de ação para o futuro. “Minha tarefa no governo é ajudar a formular e a debater um novo modelo de desenvolvimento para o país, um modelo que transforme a ampliação de oportunidades para aprender, trabalhar e produzir num motor do crescimento que ancore o social na maneira de organizar o econômico”, afirma.

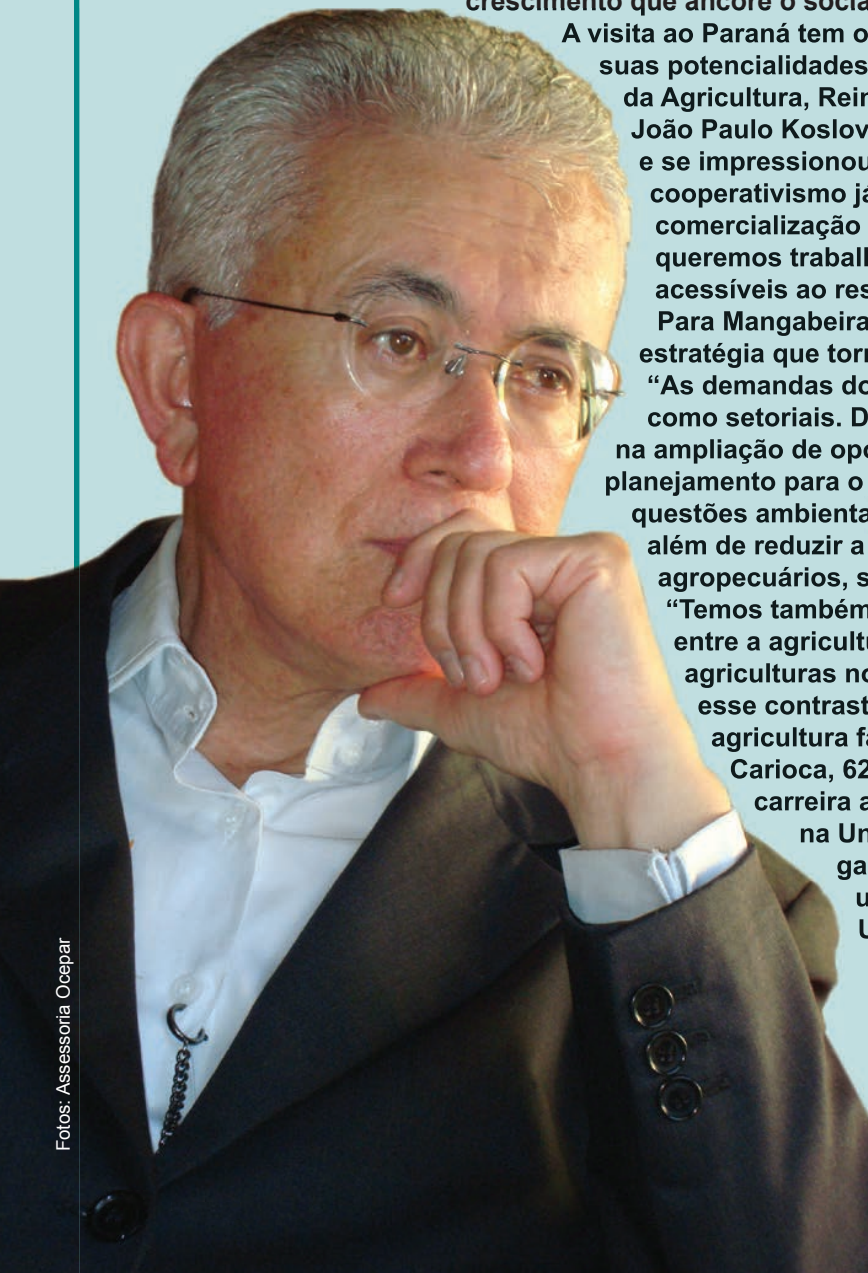
A visita ao Paraná tem objetivos concretos: conhecer o cooperativismo, suas potencialidades e dificuldades. Ciceroneado pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, Mangabeira esteve em cooperativas e se impressionou com as conquistas do sistema. “O que o cooperativismo já conseguiu fazer em matéria de ajuda técnica e comercialização de produtos representa uma revolução. Agora queremos trabalhar para traduzir essa revolução em práticas acessíveis ao resto do país”, explica.

Para Mangabeira, o setor agropecuário precisa de uma estratégia que torne suas reivindicações uma causa nacional.

“As demandas do segmento não podem ser compreendidas como setoriais. Devem ser entendidas como uma causa baseada na ampliação de oportunidades socioeconômicas”, ressalta. O planejamento para o setor, segundo o ministro, deve contemplar as questões ambientais, fortalecer a renda dos pequenos produtores, além de reduzir a dependência do país no mercado de insumos agropecuários, sobretudo fertilizantes e agroquímicos.

“Temos também que superar a divisão meramente ideológica entre a agricultura empresarial e familiar. Não existem duas agriculturas no mundo, só há uma agricultura. Para superar esse contraste nós temos que dar atributos empresariais à agricultura familiar”, afirma.

Carioca, 62 anos, Mangabeira construiu uma renomada carreira acadêmica e desde a década de 70 é professor na Universidade de Harvard. Sua trajetória intelectual ganhou notoriedade recentemente, por conta de um ilustre ex-aluno, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Otimista, o ministro entende que o momento é adequado para que se estabeleçam as diretrizes para o futuro. “A vitalidade é o atributo mais importante do país. Precisamos de um caminho que instrumentalize a energia empreendedora e criativa que surge em todos os lugares do Brasil”, conclui.



Paraná Cooperativo – O Ministério de Assuntos Estratégicos tem por missão pensar e planejar o país para o futuro. Como criar um plano abrangente para um país da dimensão do Brasil e com tantas diferenças socioeconômicas, ambientais e culturais entre as regiões?

Mangabeira – Minha tarefa no governo é ajudar a formular e a debater um novo modelo de desenvolvimento para o país, um modelo que transforme a ampliação de oportunidades para aprender, trabalhar e produzir num motor do crescimento e que com isso ancore o social na maneira de organizar o econômico. Eu procuro fazer isso construindo junto com os ministros e os governadores e toda a sociedade brasileira iniciativas em dois planos. O primeiro plano é o das iniciativas setoriais, em cada setor das políticas públicas, convergindo para o mesmo resultado desejado. E o segundo é o das iniciativas regionais -em particular o apoio às grandes regiões não resolvidas do país, a Amazônia, o Centro-Oeste e o Nordeste. É um trabalho de repensar e reorganizar o país.

Paraná Cooperativo – A estabilidade econômica dos últimos anos oferece as condições adequadas para um planejamento de longo prazo?

Mangabeira – Há uma base social concreta para essa obra hoje, que é uma nova classe média de milhões de brasileiros que surgem de baixo e que lutam para abrir pequenos negócios e inauguram no país uma cultura de autoajuda e iniciativa. Essa vanguarda de batalhadores e emergentes já está no comando do imaginário popular. A grande revolução brasileira hoje seria o estado usar seus poderes e recursos para permitir à maioria seguir este caminho. O discurso dominante na política brasileira é o do estado que conduz e através dos bancos públicos se alia a grandes empresas com o dinheiro do trabalhador e que por meio dos programas sociais doura a pílula da desigualdade e da pobreza. Mas não é isso que o povo brasileiro quer, o que o povo quer é um caminho que instrumen-

talize a energia empreendedora e criativa que surge em todo o lugar do país. O Brasil fervilha de vida, a vitalidade é o atributo mais importante do país, mas o Brasil se meteu numa camisa de força que suprime essa vitalidade ao invés de lhe dar braços, asas e olhos. O lugar para começar a romper essa camisa de força é aqui, no Paraná, o coração agrícola do país e o momento é agora.

Paraná Cooperativo – O senhor conheceu algumas cooperativas paranaenses. Qual a sua percepção sobre o cooperativismo?

Mangabeira – Essa minha visita ao Paraná com o ministro Stephanes tem duas motivações: a primeira é recolher as lições do cooperativismo para entender como disseminá-las no país. Eu entendo que o cooperativismo paranaense é uma das vanguardas agrícolas do Brasil. A segunda motivação é compreender as dificuldades que o cooperativismo enfrenta para ajudar as cooperativas a superá-las. O Brasil tem um interesse estratégico na prosperidade das cooperativas, que são um instrumento necessário, mas não suficiente para a grande obra de soerguimento da agricultura brasileira. Não é suficiente por duas razões: em primeiro lugar porque muitos dos temas importantes para o setor, a não ser a ajuda técnica e a comercialização dos produtos, exigem a ação do estado como aliado das cooperativas. Em segundo lugar, porque em muitas partes do Brasil não existem ainda condições para replicar este experimento. Onde não for possível construir cooperativas podemos pelo menos lutar para desenvolver as práticas que eu chamo de concorrência cooperativa, que é um conceito mais amplo definido por práticas por meio das quais os produtores podem cooperar e competir ao mesmo tempo, fazer mutirão de certos recursos financeiros, comerciais e tecnológicos, ainda que não se organizem em cooperativas, mas atuando numa economia de escala. Minha ideia é que as cooperativas, no sentido estrito, e o regime de concorrência de cooperativa, conceito mais amplo, seriam os dois agentes gê-

meos para participar de uma aliança com o estado brasileiro dedicada a execução de um projeto estratégico para a agricultura brasileira.

Paraná Cooperativo – O cooperativismo pode servir como uma referência no projeto estratégico para o país?

Mangabeira – Em todas as áreas, temos uma grande temática de iniciativas físicas e inovações institucionais. O que o cooperativismo já conseguiu fazer em matéria de ajuda técnica e comercialização dos produtos representa uma revolução. Agora queremos trabalhar para traduzir essa revolução em práticas acessíveis ao resto do país, e nesse caminho enfrentaremos muitas dificuldades.

Paraná Cooperativo – A questão ambiental pode ser considerada uma das dificuldades? Como o senhor analisa os desdobramentos dos debates sobre mudanças na legislação?

Mangabeira – Esse é um tema recorrente em todas as nossas discussões: a regularização ambiental. Há um problema premente e um sistêmico. O premente é resgatar da ilegalidade grande parte da população agrícola do país que foi jogada na ilegalidade retrospectivamente quando as leis mudaram. Quando não for possível consolidar as reservas nos lugares inicialmente previstos, devemos organizá-las em lugares vizinhos. Para isso é preciso ter os mecanismos e financiamentos necessários. Há também um problema sistêmico, que é mudar toda a natureza do nosso direito ambiental, e essa reconstrução teria que atender quatro requisitos: o primeiro é que a legislação ambiental se reconcilie com as realidades da produção e não seja apenas um teatro para inglês ver. Se nós fizermos uma comparação da severidade das leis ambientais do mundo, o Brasil está no topo da hierarquia, com um intervalo grande em relação aos outros países. Isso ocorreu porque a legislação, no passado, não foi construída para ser um regime dentro do qual o país pudesse viver e traba-

lhar. Foi feita, sobretudo, para satisfazer a opinião estrangeira. Segundo requisito: a legislação ambiental deve deixar de ser a caixa preta de discricionalidade que é hoje, ou seja, organizando procedimentos, mas raramente formulando regras. O que a legislação faz na verdade é delegar poderes quase irrestritos a um pequeno elenco de portentados administrativos. Temos que sair do lusco-fusco do não direito para a claridade do verdadeiro direito. Isso exige organizar regra, critério e paradigma. Eu entendo que o regramento dos licenciamentos ambientais para as grandes obras necessárias ao país seria um dos ganchos para essa mudança. Enquanto não houver a mudança necessária os licenciamentos continuarão a ser um jogo de pressão, de empurra, de sufoco, que não estão balizados por um conjunto de critérios. O terceiro requisito é tratar de forma diferente o pequeno e o grande. Não existe em nenhum lugar do mundo uma regra aplicada mecanicamente sem levar em consideração sequer o tamanho das propriedades. Aplicada a propriedades pequenas produz resultados absurdos. Um mini tabuleiro de áreas que podem ser pequenas demais para a produção ou preservação. O quarto requisito é que se respeitem os limites da retroatividade, é preciso ter regras diferentes para o passado e para o futuro.

Paraná Cooperativo – A preservação do meio ambiente não pode ser responsabilidade apenas do agricultor?

Mangabeira – Claro que a conta da preservação ambiental é uma conta a ser paga por toda sociedade e não pode ser imposta à área mais importante de produção do país que é a agricultura. E no campo podemos propor novos regramentos para a recuperação de áreas degradadas. Para cada hectare de lavoura no Brasil há cerca de cinco hectares utilizados pela pecuária extensiva. Grande parte disso virou pastagem degradada.

A recuperação exige mobilização do dinheiro dos fundos constitucionais, mas, sobretudo, uma série de mudanças regu-

obras de infraestrutura. Há um trabalho interministerial em andamento sobre a questão dos licenciamentos ambientais?



A legislação ambiental precisa se reconciliar com a realidade da produção e não ser apenas um teatro para inglês ver. Ela foi preparada, no passado, para agradar a opinião estrangeira



latórias e tributárias que ofereceriam um benefício para a recuperação e poriam um custo à degradação. Se conseguíssemos recuperar ainda que uma pequena parte dessas pastagens degradadas dobraríamos a área de solo cultivo no país, triplicando nosso PIB agrícola em pouco tempo sem tocar uma única árvore.

Paraná Cooperativo – O próprio governo reclama das dificuldades para licenciar

Mangabeira – Estou trabalhando com outros quatro ministros: Defesa, Agricultura, Transportes e Minas e Energias, para propor um novo regramento dos licenciamentos ambientais como vanguarda de uma mudança. Eu compreendo que quando se suscita esse debate há um grande afã de querer ver nele apenas uma tentativa de flexibilizar as regras. Em verdade o debate se dá num terreno anterior, não é sobre a severidade ou a leniência das regras, é um debate sobre a existência de regras. O problema é que em grande medida não existem regras. Existem procedimentos.

Paraná Cooperativo – Com relação à agricultura, como está o desenvolvimento estratégico para o setor e como ele será executado?

Mangabeira – Como tenho dito em minhas apresentações, o projeto da agricultura deve ser concebido em três níveis: ao nível dos objetivos de longo prazo: dar características empresariais à agricultura familiar, fomentar a industrialização rural e construir uma classe média rural forte. Temos que superar a divisão meramente ideológica que nós permitimos no Brasil entre a agricultura empresarial e familiar. Não existem duas agriculturas no mundo, só há uma agricultura. Para superar esse contraste nós temos que dar atributos empresariais à agricultura familiar, sem que com isso a agricultura familiar tenha que perder o seu vínculo e compromisso com a descentralização da iniciativa e a democratização da propriedade; ao nível das medidas emergenciais de curto prazo contra a crise: foco concentrado em manter o crédito e a renda na agricultura. Mas, sobretudo no terceiro nível, entre o curto e o longo prazo há um caminho a demarcar e a percorrer e inclui uma parte de iniciativas físicas ou econômicas e uma parte de inovações institucionais. No sentido físi-

co, a recuperação de áreas degradadas, a independência na produção dos insumos, principalmente dos fertilizantes, mas também dos defensivos e sementes e o desenvolvimento de um paradigma multimodal de transporte que combine hidrovia, ferrovia e rodovia. E nas inovações institucionais inclui a organização nacional da ajuda técnica com base no federalismo cooperativo e flexível. A comercialização dos produtos, quando o mercado não faz, o estado tem que fazer. Outro ponto diz respeito à popularização dos meios para resguardar a agricultura dos riscos, a começar pelo seguro agrícola e de renda. E depois a democratização da nova engenharia financeira de opções de hedge, e a reorganização dos mercados agrícolas para fortalecer os produtores fragmentados dos compradores e fornecedores capitalizados. Mas só vamos conseguir isso se desenvolvermos uma estratégia com duas características. A primeira é conseguir combinar um ideário duradouro e abrangente com ações concretas que possam ser lançadas já, antes que sobrevenha o ano eleitoral. Essa combinação das ações concretas e do caminho duradouro criará condições para que o projeto da agricultura brasileira apareça aos olhos do país como um projeto de estado e não apenas de governo.

Paraná Cooperativo – Um projeto autossustentável?

Mangabeira – Um projeto de estado capaz de sobreviver e se impor por sua própria autoridade e pela sua base de apoio aos futuros governos da República. A segunda característica necessária para a estratégia é que permita que a agricultura brasileira apareça aos olhos do país não como a reivindicação de um setor ou lobby, mas como a encarnação de uma causa nacional. A causa nacional não é apenas a defesa dos interesses do setor produtivo mais importante do país, é a exemplificação de um novo modelo de desenvolvimento, baseado

em ampliação de oportunidades econômicas e educativas. Há um grave equívoco político em permitir que a causa



Eu entendo que o cooperativismo paranaense é uma das vanguardas agrícolas do Brasil. Queremos trabalhar para traduzir essa revolução em práticas acessíveis ao resto do país



da agricultura seja apresentada como uma causa setorial, e dou o exemplo de que a bancada ruralista é a maior bancada do Congresso, mas costuma perder muitas batalhas.

Paraná Cooperativo – Na questão tributária, o setor produtivo reclama de uma carga muito elevada?

Mangabeira – Todos reclamam, mas o

governo não vai baixar impostos, isso não irá ocorrer. Precisamos gastar melhor e inovar nas nossas instituições, mas quem diz que podemos baixar o nível tributário e manter o compromisso com o realismo fiscal está mentindo. Temos vastas necessidades de investimentos em transporte, energia, educação e a única maneira de atender essas necessidades é recolher impostos e gastá-lo bem. De uma forma mais geral, o importante é que o Brasil mobilize os recursos nacionais para não ficar de joelhos diante do mundo e especialmente diante dos mercados financeiros. O princípio geral é de que o capital estrangeiro é tanto mais útil quanto menos se depende dele.

Paraná Cooperativo – Como o senhor avalia os primeiros meses do governo de Barack Obama, seu ex-aluno? Podemos ter esperança de que haverá redução dos subsídios agrícolas?

Mangabeira – Os Estados Unidos estão vivendo um momento de ebulição e estão mais abertos ao questionamento e mesmo ao autoquestionamento, mais até do que estiveram na década de 30. Não devemos focar as discussões, nessa primeira fase do governo Obama, nas contendas comerciais, como a disputa sobre os subsídios e protecionismo agrícola. Seria um grave erro. Devemos isso sim propor aos americanos uma agenda audaciosa de colaborações e inovações institucionais úteis para a ampliação de oportunidades econômicas e educativas. Entre os setores mais interessantes para essas colaborações estão os agrocombustíveis, o soerguimento das pequenas e médias empresas e a reconciliação da gestão local com padrões nacionais em matéria de educação. Se avançarmos nessas iniciativas magnânimas de colaboração com os EUA, todas as disputas preexistentes se tornarão mais suscetíveis de composição, inclusive as diferenças com respeito ao protecionismo e subsídios agrícolas.



Foto: Assessoria Coamo

Responsabilidade ambiental compartilhada

Ocepar e cooperativas do Paraná elaboram propostas para o aperfeiçoamento do Código Florestal Brasileiro e defendem ações conjuntas que envolvam o campo e as cidades

Casado, dois filhos adolescentes, o produtor Jair Kottwitz ganha o sustento da família numa área de quatro alqueires, na localidade de São Valentim, em Cafelândia, oeste do Paraná. Associado à cooperativa Copacol, ele buscou na diversificação a saída para prosseguir no campo, atuando na pecuária de leite e avicultura. Cerca de meio alqueire é destinado à mata ciliar que protege um córrego e uma nas-

cente dentro da propriedade. Mesmo respeitando e protegendo a APP (Área de Preservação Permanente), Kottwitz está apreensivo: precisa destinar outra área, 20% do total, para a Reserva Legal (RL). “Somando a APP e a RL terei cerca de um alqueire e meio destinado à preservação. Não vejo problema quanto à APP, mas a Reserva Legal vai me inviabilizar economicamente”, explica. Incertezas como as vividas por

Jair ocorrem com milhares de pequenos produtores em todo o Paraná. A preocupação aumenta a cada dia, pois o prazo para a averbação da reserva legal termina em dezembro. “Não tenho recursos para comprar ou alugar outra área para compensação ambiental. Da maneira que está, vou ter que abandonar a agropecuária, ir para a cidade em busca de outro trabalho”, desabafa Kottwitz, que é filho e neto de agricultores.

Para evitar o colapso econômico de milhões de famílias de pequenos produtores em todo o Brasil, foram reabertas as discussões para mudanças no Código Florestal Brasileiro. Datado de 1965, tendo passado por modificações ao longo dos anos, a legislação é considerada ultrapassada e incompleta, incapaz de responder às necessidades ambientais e socioeconômicas do país. O cenário dos debates é o Congresso Nacional, de onde sairá uma decisão que pode manter no campo ou inviabilizar produtores como Jair Kottwitz. Defendendo medidas que garantam de fato a preservação e a recuperação do meio ambiente, com o comprometimento de toda a sociedade, no campo e nas cidades, a Ocepar e as cooperativas do Paraná elaboraram um documento com as propostas do setor para o aperfeiçoamento da legislação ambiental. “O homem do campo sabe da importância da água e do meio ambiente para a sustentação de sua atividade. As nascentes, rios e córregos, quando protegidos, garantem o consumo doméstico e impulsionam a produtividade agrícola e pecuária. Defendemos a recuperação e preservação do meio ambiente”, ressalta o presidente

Ações Positivas do Setor Rural:

- ◆ Adoção do Sistema de Plantio Direto em 25 milhões de ha evitando perda de solo (20 a 40 ton/ha/ano), e contribuindo na redução da emissão de CO₂ (29 a 40 milhões ton/ano). (Fed. Bras. de Plantio Direto).
- ◆ Criação do Programa de Recolhimento de Embalagens Vazias de Defensivo Agrícola já recolheu mais de 100 mil toneladas de embalagens e a taxa de retorno no ano passado foi de 95% (INPEV).
- ◆ Maior contribuição na Matriz Energética Renovável, sendo 30% proveniente de biomassa, da qual 16% é com base na cultura da cana de açúcar, 11% de lenha e carvão vegetal e 3% de outros (ANEEL).
- ◆ No Brasil a substituição da gasolina pelo etanol pode reduzir em 73% as emissões de CO₂ (EMBRAPA).

do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski. “Nossa proposta parte da premissa de que preservar e recuperar o meio ambiente são deveres de toda a sociedade. É o que diz a Constituição Federal, no Artigo 225. Propomos uma divisão equilibrada de responsabilidades entre o meio rural e o urbano”, explica. De acordo com o dirigente, a legislação deve observar as características de cada região, com normatizações pautadas em estudos técnicos e pesquisas. “O Brasil tem dimensões continentais. O bioma e a realidade socioeconômica da região amazônica difere totalmente do Sul do

país. O Código Florestal precisa considerar as diferenças regionais, evitando generalizações”, alerta.

Segundo Koslovski, o desenvolvimento sustentável é prioridade das cooperativas. “A produtividade média em grãos no Paraná aumentou 165% nos últimos 17 anos, reduzindo a pressão sobre novas áreas para ampliar a produção. Ao mesmo tempo, se multiplicaram os projetos e programas voltados ao meio ambiente, como recomposição de mata ciliar, recolhimento de embalagens de agroquímicos e o plantio direto”, observa. “Com a utilização adequada



Foto: Assessoria Copacol

Jair Kottwitz: sem mudanças na legislação ambiental, propriedade de quatro alqueires se tornará economicamente inviável

da da tecnologia, é possível crescer com sustentabilidade”.

Mas, apesar dos indicadores de melhoria das práticas produtivas, as exigências sobre o setor agropecuário estão se intensificando, ao ponto mesmo de recair uma espécie de criminalização ao setor que garante o alimento na mesa dos brasileiros e o saldo positivo da balança comercial do país. “Além de cobrar mais produção, pois a demanda alimentar e por combustíveis renováveis aumenta a cada ano, a sociedade urbana também pressiona por preservação e recuperação da biodiversidade. Temos que encontrar um equilíbrio entre produção e conservação. O custo e a contrapartida ambiental devem ser divididos entre o campo e as cidades”, reafirma Koslovski.

O documento da Ocepar e das cooperativas paranaenses contém propostas que tratam da Reserva Ambiental, Reserva Ambiental Coletiva, Áreas de Preservação Permanente, Uso das Áreas Consolidadas, Zoneamento Ecológico Econômico, Formação de Fundo para Pagamento por Serviços Ambientais, Prazo para Adequação, Linhas de Financiamento e Benefícios Fiscais, Áreas Úmidas e Normatização Técnica. Uma das novidades apresentadas pelo setor cooperativista refere-se à Reserva Ambiental, conceituada na proposta como

área de cobertura florestal do estado sob responsabilidade de toda a sociedade, sendo constituída pela soma das Áreas de Preservação Permanente (APP) com a Reserva Ambiental Coletiva (RAC).

“A Ocepar fez um estudo técnico muito bem fundamentado. O importante não é só pedir, reivindicar. Claro que isso é importante. Melhor ainda quando você tem efetivamente propostas fundamentadas tecnicamente e que nos dão condição de defendê-las. Espero que isso seja seguido por todos os outros estados brasileiros, porque nós precisamos de uma mobilização nacional para mostrar que a agricultura responde por um terço do PIB brasileiro, por 100% do saldo positivo da balança comercial e, por isso, tem que ter uma participação maior nas decisões nacionais”, afirma o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Reinhold Stephanes.

Para o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, a proposta para aperfeiçoamento da legislação ambiental elaborada pelo Sistema Ocepar “é extremamente realista. Resolve problemas essenciais, tanto no campo como nas áreas urbanas. Não é uma proposta fundamentalista, pelo contrário, chama à responsabilidade tanto o cidadão urbano como o homem do campo em relação à preservação”, destaca. Segundo o ministro, o presidente Lula acompanha



Foto: Assessoria Ocepar

Para o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, proposta da Ocepar é realista e chama à responsabilidade tanto o homem do campo como o cidadão urbano

todas as discussões em torno do assunto. “A idéia é reunir os ministros envolvidos, Carlos Minc (Meio Ambiente), Stephanes (Agricultura) e a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), para realizarmos um debate franco com o presidente. Quem sabe enviar para o Congresso uma Medida Provisória sobre o assunto”. Bernardo entregou pessoalmente a proposta da Ocepar ao presidente Lula. “Assumi um compromisso com o presidente João Paulo Koslovski, de conversar com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc e com o presidente Lula sobre a proposta e assim construirmos, de forma ágil, juntamente com o ministro Stephanes, uma solução definitiva para a questão do meio ambiente no país, que tanto preocupa a sociedade”, conclui.

Propostas trazem novos conceitos ambientais

As propostas da Ocepar foram encampadas pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e estão sendo defendidas pelos parlamentares da Frentcoop (Frente Parlamentar do Cooperativismo). No entendimento dos cooperativistas, o aperfeiçoamento da legislação resgataria o princípio básico da gestão em meio ambiente, proporcionando ações ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis. “É uma proposta que engloba o comprometimento, não só do agricul-

tor, mas de toda a sociedade nas questões relacionadas ao meio ambiente. Ela foi formatada por 35 profissionais que atuam nas cooperativas em mais de dez fóruns organizados pela Ocepar desde o ano passado. O documento foi submetido à apreciação dos presidentes das cooperativas e representa a posição do setor cooperativista”, explica Koslovski.

De acordo com a proposta (exposta na íntegra em caderno especial encartado nesta edição), aos produtores

rurais caberá a preservação e recuperação das áreas de preservação permanente (APP) de suas propriedades. Uma das novidades apresentadas pelo setor cooperativista refere-se ao conceito de Reserva Ambiental (RA), área de cobertura florestal do estado sob responsabilidade de toda a sociedade, sendo constituída pela soma das áreas de preservação permanente com a Reserva Ambiental Coletiva (RAC). “Será responsabilidade de toda a sociedade, a obrigatoriedade de garantir um mínimo de 20% de cober-



Programa de Mata Ciliar do Paraná, do qual as cooperativas são parceiras, plantou 93 milhões de árvores nativas nos últimos cinco anos

tura florestal no Paraná”, ressalta o analista técnico e econômico e coordenador dos fóruns de meio ambiente da Ocepar, Silvio Krinski. A RAC é a área de vegetação florestal, inclusive campos nativos, localizada tanto no interior, quanto fora da propriedade rural. As unidades de conservação públicas ou privadas, áreas de quilombolas e terras indígenas passariam a compor a Reserva Ambiental Coletiva. “O produtor rural que mantiver área florestal que não se enquadre como APP poderá preservá-la e ser remunerado por prestar serviços ambientais à coletividade. A criação de linhas de financiamento ambiental, deduções e benefícios fiscais, além de programas de remuneração para recuperação e conservação de nascentes, também são ações defendidas pelas cooperativas”, explica. “Como referência fundamental para a gestão ambiental, a Ocepar defende a utilização do Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE), que determinará o potencial agrícola por região, ordenando as atividades no estado e dando parâmetros detalhados para a recuperação e preservação do meio ambiente”, conclui Krinski.

Mata Ciliar – A proposta da Ocepar para a mata ciliar estipula faixas de vegetação marginal equivalente a metade da largura do rio ou córrego, respeitando um mínimo de 5 metros e máximo de 100 metros em cada margem, com critérios técnicos estabelecidos por pes-

quisas e trabalhos científicos. Segundo estudos realizados pela Embrapa Florestas, as larguras das APPs em margens de rios devem ser determinadas de acordo com suas fragilidades e potencialidades. Conclusões de estudos científicos mostram que tais áreas podem ser flexibilizadas de acordo com as características da encosta, considerando sua declividade próxima ao leito fluvial, textura e espessura do solo próximos ao leito maior dos rios. Desta forma, está contemplada a dinâmica de preservação ambiental, que estabelece condições mínimas suficientes para propiciar estabilidade geológica e pedológica e, conseqüentemente, garantir a preservação geneticamente ativa da flora e da fauna nativa. “Três fatores deveriam ser considerados na exigência de mata ciliar: declividade, espessura e textura de solo. Solos mais arenosos de-

veriam ter área maior de vegetação do que solos argilosos. Da mesma forma, quanto maior o declive do terreno, maior deve ser a área de cobertura florestal”, relatou o pesquisador da Embrapa Florestas, Gustavo Curcio, durante audiência pública no Senado.

Tendo em vista tais atributos, será possível analisar a estabilidade do ambiente, de forma a promover os recursos biológicos dentro e fora dos rios. Assim, como exemplo, as áreas de preservação permanente teriam larguras mais expressivas sobre solos arenosos, rasos e em relevos declivosos do que em solos argilosos, profundos e menos declivosos. A maior largura justifica-se porque os primeiros possuem menor capacidade de filtro, menor capacidade de armazenamento de água, bem como maior suscetibilidade à erosão.

Impactos gerados nas Cidades:

- ◆ Atualmente 82% da população está concentrada nas áreas urbanas (IBGE).
- ◆ A poluição e mau uso dos recursos hídricos reduziram a qualidade da água em 21% dos rios, principalmente nas áreas mais povoadas (ANA, 2009).
- ◆ Estima-se que 48% da população têm coleta de esgoto (ANA, 2009).
- ◆ A geração diária de lixo nas cidades

brasileiras é superior a 125 mil toneladas, sendo que 30% é destinado para os lixões, depósitos a céu aberto, sem nenhum tipo de tratamento (PNSB, 2000).

- ◆ A maior fonte de poluição atmosférica é proveniente dos veículos (IBGE, 2008). Somente no Paraná são 3,9 milhões rodando nas ruas e destes, um milhão, está concentrado na Capital (FENABRAVE/PR).

Impostos viabilizariam fundos para a preservação ambiental

A remuneração dos agricultores por serviços ambientais tem demonstrado ser uma alternativa eficaz para promover a conservação e recuperação da biodiversidade e dos recursos hídricos. Iniciativas nesse sentido, que já acontecem com sucesso em alguns países na América Latina, têm sido amplamente defendidas pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). A forma de pagamento e de financiamento variam conforme o projeto. As cooperativas propõem a alteração da lei que rege o Fundo Nacional de Meio Ambiente, estipulando a remuneração do produtor por prestação de serviços ambientais e instituindo a criação de comitês municipais para gerir a aplicação dos recursos. “Parte dos tributos cobrados atualmente sobre cigarros, bebidas alcoólicas, automóveis, coleta de lixo, tarifa de água, esgoto e demais atividades potencialmente poluidoras podem ser destinadas ao Fundo Nacional, viabilizando os programas de ressarcimento”, diz Koslovski. “Não se defende a criação de novos impostos, mas sim que uma parcela do que já é arrecadado passe a manter os projetos de conservação do meio ambiente”, enfatiza.

Para o professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Paulo de Tarso de Lara Pires, com doutorado em legislação florestal e ambiental, é preciso criar instrumentos de incentivo no campo. “Não basta apenas fiscalizar e controlar. Temos que dar um novo passo para a conservação ambiental. Quem protege uma área de florestas em sua propriedade deve ser remunerado, porque está beneficiando a toda a sociedade”, defende.

Segundo Tarso, projetos de pagamento e políticas de estímulo têm tido sucesso em muitos países. Ele cita como exemplo a Costa Rica, na América Central, e o Canadá, na América do Norte. “Há 20 anos, a cobertura florestal na Costa Rica era próxima a 20% de



Foto: Assessoria Ocepar

Ocepar defende compensação para produtores que conservam a biodiversidade

seu território. Na década de 90 tiveram início os programas de remuneração por serviços ambientais e os agricultores passaram a receber mensalmente para preservar as nascentes, rios e matas. Atualmente, a cobertura florestal no país chega a 70%”, compara. “No Canadá, por sua vez, a política ambiental e socioeconômica deu grande impulso ao turismo ecológico, que gera a exploração sustentável de áreas de preservação”, relata.

Na opinião do professor, existem muitas alternativas para a conservação, “mas não há dúvida de que os custos precisam ser compartilhados com a população das cidades. Temos hábitos de consumo irracionais e os ambientes urbanos concentram degradação e poluição. Se algo não for feito, a conta no futuro virá para todos e será pesada”, alerta.

Mudança necessária— Para Tarso, o Código Florestal Brasileiro necessita de mudanças urgentes, que acompanhem o desenvolvimento técnico e os

avanços sociais. “É preciso uma nova mentalidade, que deixe as ideologias e paixões de lado, estabelecendo normas técnicas que forneçam subsídios para a construção de políticas ambientais pragmáticas e eficazes”, resume.



Foto: Assessoria Ocepar

Professor Paulo de Tarso, da UFPR: “quem protege florestas nativas em sua propriedade deve ser remunerado, porque está beneficiando a toda a sociedade”

Extrema e Apucarana pagam por serviços ambientais

O município de Extrema, sul de Minas Gerais, foi o pioneiro no Brasil na implantação de um programa de remuneração por serviços ambientais no campo. Em abril de 2007, os primeiros produtores da região receberam o pagamento pela proteção de nascentes. Hoje, cerca de 40 agricultores recebem mensalmente para proteger aproximadamente 50 nascentes que fazem parte da bacia hidrográfica que forma o Sistema Cantareira, responsável por metade da água que abastece a cidade de São Paulo. “O produtor que entra no projeto recebe também apoio financeiro e respaldo técnico para cercar as áreas, comprar insumos, mudas e recuperar a cobertura florestal no entorno das nascentes”, explica o engenheiro agrônomo Fernando Veiga, coordenador de serviços ambientais da TNC (The Nature Conservancy), Organização Não Ambiental (ONG) que é um dos parceiros do programa de remuneração em Extrema.

Outra iniciativa semelhante que começa a acontecer é o Projeto Oásis, do município de Apucarana, norte do Paraná. Lançado em março pela Prefeitura do município, também visa remunerar proprietários rurais que conservarem suas nascentes. Em um primeiro momento a iniciativa vai englobar agricultores da bacia hidrográfica do Pirapó que, dentro dos limites de Apucarana, atinge mais de 550 propriedades em uma área de aproximadamente 170 km². “A longo prazo, o projeto vai abranger as três bacias hidrográficas compreendidas por Apucarana: Pirapó e Tibagi, que são mananciais de abastecimento, e Ivaí”, diz o secretário municipal de Meio Ambiente João Batista Beltrame.

Para pleitear o benefício, que é de quatro anos, prorrogável por igual período, o proprietário rural precisa se cadastrar junto ao município que, por sua vez, através de uma comissão técnica, vai analisar “in loco” se a nascente está devidamente protegida de acordo



Foto: Assessoria Coopavel

Programas inovadores em Minas Gerais e no Paraná remuneram agricultores que protegem nascentes

com o que prevê a legislação ambiental. “Entendo que o projeto Oásis ameniza a grande injustiça que ainda se faz com os agricultores, tratados como se fossem criminosos ambientais, dando impressão de que são os culpados por todos os problemas e degradações ao meio ambiente”, afirma Beltrame. Em Apucarana, os agricultores inscritos no Oásis passam a ser chamados de Produtores de Água.

O apoio financeiro será definido através da medição da vazão da nascente, a ser medida nos meses de março a abril de cada ano. Para cada nascente será destinado o valor mensal de até três Unidades Fiscais do Município (UFM) – hoje cada UFM equivale a 35 reais. Para uma nascente com vazão de até 500 litros, será pago meia UFM; até 1,5 mil litros por hora será pago uma UFM; acima de 1,5 mil a 3 mil litros por hora, duas UFM; e com vazão acima de 3 mil litros por hora, três UFM ou o mesmo que 105 reais por mês. Os recursos correrão por conta de dotações

próprias consignadas no orçamento municipal vigente, do Fundo Municipal de Meio Ambiente, ICMS Ecológico das unidades de conservação, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPNs), parte de multas ambientais aplicadas pelo Ministério Público ou órgãos competentes e mediante convênios a serem firmados com ONGs e outras entidades. O projeto conta com o apoio da Sanepar, Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), entre outros parceiros. “Esperamos, em cinco anos, recuperar e preservar mais de 700 minas de água”, calcula Beltrame.

Segundo Fernando Veiga, iniciativas semelhantes estão sendo implantadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Santa Catarina. “Difere na metodologia e na forma de arrecadar os recursos necessários, mas dentro de uma mesma percepção de ajudar economicamente os produtores ambientalmente responsáveis”, conclui.



Foto: Assessoria Ocepar

Mais automóveis a cada dia nas ruas liberando gases poluentes na atmosfera. Combustíveis renováveis reduzem em até 73% emissões de carbono



No Paraná, recolhimento de embalagens de agroquímicos chega a 100%. Índice no Brasil chega a 96%, o melhor percentual de reaproveitamento do mundo

Agropecuária investe em práticas produtivas responsáveis

A participação do setor rural na adoção de práticas produtivas corretas avança a cada ano. Muitos são os exemplos das ações dos produtores e cooperativas. O sistema de plantio direto revolucionou a agricultura brasileira e é utilizado em 25 milhões de hectares, evitando perda de solo e contribuindo para a redução das emissões de carbono (CO²). Vem do campo também a revolução dos biocombustíveis, que fazem do Brasil um modelo mundial de uso de energias renováveis. Segundo a Embrapa, a substituição da gasolina pelo etanol reduz em 73% as emissões de CO². A atuação das cooperativas e produtores também é intensa nos programas de recuperação de mata ciliar e recolhimento de embalagens de agroquímicos. “O apoio das cooperativas é fundamental para o sucesso do Programa de Mata Ciliar do Paraná. Desde 2004, já foram plantadas mais de 93 milhões de árvores no estado. Cerca de 1.000 técnicos trabalham nos proje-

tos de plantio, sendo que mais de 400 são profissionais cedidos pelas cooperativas. O setor é um parceiro importante também na difusão de informação e conscientização dos produtores”, afirma o coordenador do Programa de Mata Ciliar da SEMA, Sergio Bittencourt.

“No Paraná, há quatro anos o recolhimento das embalagens de agroquímicos chega a 100%. Em 2008, foram 4,1 mil toneladas recolhidas no estado”, relata o coordenador regional de operações do Inpev (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias), Antonio Carlos do Amaral. “Dos 58 postos de recebimento no Paraná, 44 estão localizados em entrepostos de cooperativas. O comprometimento de toda a cadeia garante os índices expressivos de reaproveitamento, que são os melhores do mundo. Desde 2002, foram recolhidas mais de 110 mil toneladas de embalagens em todo o Brasil”, finaliza.

Recolhimento de embalagens de agroquímicos

Ano de 2008:

Brasil:

24,4 mil toneladas

Paraná:

4,1 mil toneladas ou 17,2% do total.

375 postos de recolhimento em todo o Brasil

58 postos no Paraná

44 postos localizados em entrepostos de cooperativas no Paraná

110 mil toneladas de embalagens recolhidas no país desde o ano de 2002

(fonte: Inpev)

Rio Belém é símbolo do descaso urbano

Foto: Gazeta do Povo (Aniele Nascimento)



Atualmente, 82% da população está concentrada em áreas urbanas. Estima-se que mais da metade não tem acesso a coleta e tratamento de esgoto, e a geração diária de lixo nas cidades brasileiras é superior a 125 mil toneladas, com 30% disso sendo descartado em lixões a céu aberto. Milhões de carros - só em Curitiba são mais de 1 milhão - lançam na atmosfera suas emissões poluentes. E, no entanto, é sobre o campo que recaem as mais fortes pressões ambientais. Pouco se fala das contrapartidas e ações das cidades para amenizar a degradação e a poluição. “A isso chamamos de transferência de ônus. Quem está na cidade quer cuidar dos problemas dos que estão no campo, esquecendo das suas próprias responsabilidades”, observa o professor Paulo de Tarso.

Rios que cruzam grandes cidades inevitavelmente saem das áreas metropolitanas em condições altamente degradadas. Em Curitiba, um rio simboliza o descaso do homem da cidade para com a preservação ambiental. Trata-se do rio Belém, que nasce no bairro Cachoeira, atravessa a cidade e, depois de 21 km deságua no rio Iguaçu, no limite com o município de São José dos Pinhais. A foz do Belém no Iguaçu é uma das áreas hídricas mais poluídas do país, perdendo apenas para o rio Tietê, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

De acordo com a Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná), a cobertura da rede de esgoto em Curitiba chega a quase 90%, índice que supera os 65% recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Mas, cobertura não significa necessariamente que

Confluência dos rios Belém e Iguaçu, em Curitiba: depósito de lixo e esgoto da cidade

todos os imóveis estejam interligados, já que é responsabilidade do proprietário fazer a ligação do imóvel com a rede coletora de esgoto. Prédios inteiros jogam seus detritos, urina e fezes, diretamente no Belém. Dados do site Abrace está Causa, que luta pela recuperação do rio, estimam que mais de 24 mil residências utilizam o Belém como latrina. Quando identificados, os proprietários são notificados pela Vigilância Sanitária e Força Verde, para que regularizem seu sistema de efluentes. Mas os procedimentos legais costumam demorar. A Sanepar está intensificando ações para identificar ligações clandestinas que despejam o esgoto nas galerias pluviais, os bueiros que deveriam servir apenas para escoar as águas das chuvas, para onde são lançados detritos que vão diretamente para o rio. “Há questão de 30 anos, as pessoas pescavam nas margens do rio Belém. Hoje, tem gente que afirma ter nojo do rio. Mas o Belém não é culpado, ele é uma vítima. As pessoas deveriam ter nojo de sua própria condição humana, porque a situação do rio é um reflexo da atitude da sociedade”, desabafa o biólogo Tom Grando, da ONG Liga Ambiental. Na opinião do ambientalista, a situação hoje é de alienação. “A maioria da população não consegue perceber que é uma forte demandadora de serviços ambientais. O tempo todo demanda água, alimentos e energia. Vivemos dentro de apartamentos e não conseguimos estabelecer uma relação entre ligar o interruptor e a construção de uma hidrelétrica, puxar a descarga e lançar esgoto no rio que, muitas vezes, fornece a água que todos

voltaremos a usar depois para beber”. Conforme Grando, a situação chegou ao limite. “A maior parte de nossas bacias hidrográficas está comprometida pelo uso desregrado da água. Existe alternativa para o desenvolvimento sustentável, mas a população não assume os espaços franqueados a ela, como os comitês de bacias, e deixam para o poder público toda a responsabilidade de determinar as políticas ambientais”, resume. “Ao invés de ir a um shopping, eu gostaria um dia de poder ir com meu filho pescar no rio Belém. Não podemos nos acostumar com a estética da degradação”, conclui Tom.



Foto: Assessoria Oeepar

Tom Grando, da Liga Ambiental: “a situação do rio é um reflexo da atitude da sociedade” ▶

Presidente do Sistema Ocepar explicou em detalhes as propostas do cooperativismo paranaense

Fotos: Assessoria Ocepar

Cooperativas apresentam propostas a parlamentares

O setor cooperativista paranaense apresentou na manhã do dia 27 de abril, em Curitiba, as suas propostas para o aperfeiçoamento da legislação ambiental brasileira ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, dois senadores e 10 deputados federais paranaenses. Também estiveram presentes dirigentes de várias cooperativas agropecuárias, de crédito, entre outros ramos. A reunião foi conduzida pelo presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski. "É uma proposta que engloba o comprometimento, não só do agricultor, mas de toda a sociedade na preservação ao meio ambiente. Nosso objetivo é fornecer subsídios aos nossos parlamentares e acreditamos que a participação de toda a sociedade, em corresponsabilidade nesse processo, é fundamental para avançarmos na questão ambiental", afirmou.

O presidente salientou as ações proativas que o setor rural já vem desenvolvendo, favorecendo o meio ambiente, como a adoção do sistema de plantio direto em 25 milhões de hectares no Brasil. "É uma tecnologia que promove a economia de 25 toneladas de terra por ano", afirmou. Também lembrou o bom desempenho no Programa de recolhimento de embalagens vazias de defensivos agrícolas, o trabalho das cooperativas na recuperação de nascentes, o apoio ao Programa Estadual de Preservação das Matas Ciliares, a participação do campo na matriz energética renovável, com a produção de biomassa, entre outros itens.

Impacto nas cidades – Por outro lado, Koslovski também chamou a atenção para os impactos ambientais gerados nas cidades. "Atualmente 82% da população está concentrada nas áreas urbanas. A poluição e o mau uso dos recursos hídricos reduziram a qualidade da água em 21% dos rios, principalmente nas áreas mais povoadas", ressaltou. Também frisou que apenas 48% da população têm coleta de esgoto e que a geração diária de lixo nas cidades brasileiras supera as 125 mil toneladas, sendo que 30% desse volume não recebe tratamen-

to adequado. "Além disso, a maior fonte de poluição atmosférica é proveniente dos veículos. Somente no Paraná são 3,9 milhões rodando nas ruas, um milhão somente em Curitiba", acrescentou.

OCB defende mobilização – Em Brasília, o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Marcio Lopes de Freitas, defende uma aglutinação política para que as propostas das cooperativas tenham força nas discussões no Congresso. "Temos que esclarecer a opinião pública sobre o comprometimento do setor cooperativista com o meio ambiente, mas também demonstrar que a responsabilidade de preservar é de toda a sociedade. As propostas da Ocepar e das cooperativas do Paraná são concretas e objetivas", afirmou. Segundo Freitas, as entidades do Sistema OCB vão realizar um trabalho de mobilização junto aos parlamentares em cada estado. "Depois do dia 11 de dezembro, a não averbação da reserva legal será passível de multa. Torna-se urgente o debate sobre o Código, que não pode inviabilizar a atividade agropecuária. Cada cooperado deve mostrar ao parlamentar de sua região o pensamento e a reivindicação da base", defende.



Para o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, documento apresentado tem fundamentação técnica, é viável e defensável

Bancada paranaense elogia sugestões da Ocepar



“

É uma proposta oportuna porque nós estamos discutindo esse assunto do Código Florestal há vários meses no Congresso Nacional, junto com o ministro Stephanes. É bom que se diga que o ministro Stephanes tem muito mérito nessa questão por ter colocado o assunto com coragem para ser debatido e a proposta da Ocepar corrige determinados equívocos que nós estávamos cometendo na discussão da nossa proposta. Nós temos que votar rapidamente. Creio que, da bancada do Paraná, nós podemos esperar o apoio.

”

Osmar Dias, senador (PDT/PR)



“

É uma proposta muito positiva, interessante e importante que apresenta princípios fundamentais. Sem dúvida alguma é importante envolver o público urbano nesse debate porque meio ambiente é um tema que interessa a todos. É necessário ter uma visão de médio e longo prazo. Realmente todo mundo tem que estar envolvido e eu penso que se não houver radicalismo, fundamentalismo, e sim um diálogo, um entendimento, o bom senso prevalecerá e teremos avanços muito importantes e necessários ao Brasil.

”

Flávio Arns, senador (PT/PR)



“

É uma atitude determinada, louvável, necessária e indispensável neste momento. A proposta da Ocepar leva em conta desde a propriedade consolidada, a questão de um novo conceito de mata ciliar, um novo conceito daquilo que é a reserva legal, a forma de distribuir e a participação da sociedade como compromisso de superar essa dificuldade. Em nome da Frente Parlamentar Cooperativista (Frencoop), vamos levar essa proposta a todos os estados brasileiros.

”

Odacir Zonta, deputado federal (PP/SC), presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo.



“

Eu entendi como uma proposta viável, defensável, que tem condições de, com pequenos ajustes naquilo que está sendo discutido no Congresso, avançar para que as áreas consolidadas, já plantadas no nosso país não tenham restrições de uma nova legislação. Nós vamos agora compatibilizar o que estamos discutindo no Congresso com esses avanços apresentados pela Ocepar e as cooperativas do Paraná para que a gente possa garantir que os nossos produtores continuem produzindo.

”

Eduardo Sciarra, deputado federal (DEM/PR) ►



“

A reunião de hoje foi muito importante. As propostas aqui apresentadas tratam de temas que são uma prioridade nacional e tenho certeza que vamos avançar e encontrar alternativas para defender os agricultores. Estamos vivendo um dilema no campo, com a legislação ambiental que ameaça acabar com 50% de nossa agricultura no Paraná. Os produtores não podem ser penalizados dessa forma. Por isso entendo que a ação da Ocepar e da OCB é fundamental e vai ajudar os parlamentares a defender uma estratégia clara e eficaz no Congresso Nacional.

”

Dilceu Sperafico, deputado federal (PP/PR), presidente titular da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural na Câmara.



“

As propostas da Ocepar são extremamente ousadas, inteligentes e defensáveis. O que as cooperativas propõem atendem ao nosso produtor rural. E é defensável porque é extremamente inteligente e toca nos pontos principais do que nós estamos vivendo hoje. Se nós tivermos a capacidade de mobilizar, eu acho que as propostas terão sucesso. E o cooperativismo sabe mobilizar. Primeiro porque está em todos os estados brasileiros e não é um ramo só. E nós temos que resolver de uma vez por todas a questão ambiental, pois só temos até dezembro.

”

Abelardo Lupion, deputado federal (DEM/PR), titular da Comissão Especial da Crise na Agricultura.



“

É uma proposta ótima, sem dúvida nenhuma. Estou preocupado, pois estamos correndo contra o tempo, e alguns produtores estão sendo punidos, como acontece em Minas Gerais, onde proprietários estão sendo tratados como bandidos e precisam de autorização judicial para saírem de suas cidades. Quer dizer, um absurdo. Temos que correr contra o tempo. Ao invés de penalizar quem preservou devemos compensá-lo. Defendo a ideia que o próprio ministro do Meio Ambiente acatou que seria o arrendamento ecológico, ou seja, você ter renda em função de áreas preservadas acima da necessidade.

”

César Silvestre, deputado federal (PPS/PR)



“

Eu acredito que a Ocepar fez um trabalho muito importante para a legislação brasileira do meio ambiente, pensando no cooperativismo, na produção e na sustentabilidade. É muito interessante e oportuna a proposta da Ocepar e das cooperativas. Acredito que essa preocupação de incluir a sociedade como responsável na solução dos problemas do meio ambiente e na preservação da natureza é muito inteligente. Não só o produtor rural, como a sociedade como um todo, os governos estaduais, municipais e o federal são responsáveis por essa política.

”

Luiz Carlos Setim, deputado federal (DEM/PR)



“

Um Brasil continental, com mais de oito milhões de quilômetros quadrados e que tem onze biomas, não pode ter a política ambiental definida por resoluções. É preciso mudanças, porque hoje a política ambiental e florestal no Brasil é o samba do crioulo doido, ninguém se entende e nós precisamos harmonizar isso para que possamos dar tranquilidade ao povo brasileiro, preservando o meio ambiente e garantindo a viabilidade econômica no campo. O projeto elaborado pela Ocepar é um trabalho consistente e equilibrado tecnicamente. Defendo que as normas sejam balizadas por instrumentos técnicos como o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE).

”

Moacir Michelto,
deputado federal (PMDB/PR)



“

A proposta é muito boa, é um conceito claro, defensável politicamente. Vamos tentar transformar em texto de projeto de lei do código ambiental que nos permita avançar. Evidentemente, vamos ter que negociar com muita clareza e precisamos trabalhar mais tecnicamente, preparar os mapas de cada estado, das áreas prioritárias, dos corredores de zoneamento econômico ecológicos. Temos que ter muita habilidade em construir uma solução que não agrida o conceito de preservação que o Brasil defende, e nos permita garantir a quem já produz uma capacidade de continuidade sem o prejuízo.

”

Ricardo Barros, deputado federal (PP/PR), vice-líder do governo



“

É uma proposta muito equilibrada. Nós temos todos os indicativos de que nós precisamos primar por produção com sustentabilidade e é perfeitamente plausível a gente ter esse equilíbrio, meio ambiente com produção. Eu pessoalmente defendo, desde que se tenha início essa discussão, de que a preservação deva ser apenas na mata ciliar nas propriedades e as demais reservas conjugadas ou por biomas ambientais ou por regiões hidrográficas. Isso faz com que nós tenhamos preservação do meio ambiente e a possibilidade de produzir porque o mundo precisa comer, o mundo precisa de alimentos.

”

Alfredo Kaefer, deputado federal (PSDB/PR)



“

A proposta apresentada pela Ocepar é muito ampla, com grande qualidade e fundamentada pelo aspecto técnico. Vários pontos de vista importantes foram apresentados. Um dos aspectos mais importantes das propostas são os conceitos de enfrentamento do aquecimento global, inclusive da mentalidade da incorporação do manejo sustentável do solo por parte dos agricultores do Paraná e do Brasil. São ainda importantes os aspectos relacionados à constituição de fundos para poderem garantir o manejo e que dão esperança e incentivo para a agricultura brasileira.

”

Rodrigo Rocha Loures, deputado federal (PMDB/PR)



Fotos: Assessoria Ocepar

Cerca de 80 dirigentes de cooperativas participaram da AGO

Ocepar presta contas e analisa cenário econômico

A entidade apresentou os números do cooperativismo do Paraná. Planejamento e profissionalização possibilitaram faturamento recorde de R\$ 25,4 bilhões

Os investimentos em projetos agroindustriais e na formação de profissionais, dirigentes e cooperados permitiram que as cooperativas paranaenses dessem um saldo de qualidade nos últimos anos. Essa evolução de crescimento em produção e qualidade na prestação de serviços não se deu apenas no ramo de cooperativas de produção, mas também em outros ramos, especialmente na saúde, no crédito e transportes. Essa evolução, os problemas e as perspectivas do cooperativismo paranaense foram tratados durante a Assembleia Geral Ordinária realizada pelo Sistema Ocepar no primeiro dia de abril deste ano, à qual compareceram cerca de 80

representantes das cooperativas paranaenses. O presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, que presidiu a abertura dos trabalhos, agradeceu o apoio recebido pelas cooperativas no exercício passado afirmando que todas as realizações foram possíveis graças ao empenho e a dedicação de todo o corpo funcional do sistema. Koslovski disse que a crise econômica mundial pouco afetou o cooperativismo. “E vamos trabalhar com a mesma intensidade para que ela não nos atinja em 2009”, afirmou.

Números – As 238 cooperativas paranaenses filiadas à Ocepar movimentaram R\$ 25,4 bilhões em 2008, um crescimento de 28% em relação ao ano

anterior. Juntas, elas geraram 1,25 milhão de postos de trabalho e os investimentos alcançaram R\$ 1,275 bilhão. E recolheram R\$ 1 bilhão em tributos. O número de integrantes do sistema saltou de 245.884 para 500.129 entre 2001 e 2008, um crescimento de 103%, enquanto que nesse período o número de cooperativas cresceu 23,3% passando de 193 para 238. As cooperativas do Sistema Ocepar atuam em 12 diferentes ramos.

Ação em defesa das cooperativas – A atuação na defesa dos interesses das cooperativas e de seus milhares de cooperados é uma missão prioritária da Ocepar. Durante o ano manteve constantes discussões e encaminhamentos de reivindicações junto aos poderes legislativos e executivos federal e estadual, com apoio ao trabalho da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop). Em 2008, foram realizadas mais de 20 reuniões e encontros com os ministros da Agricultura do Planejamento e da Fazenda. Reinhold Stephanes esteve seis vezes na

Cooperativas do PR registradas na Ocepar (dez. 2008)

Ramo	Cooperativas	Cooperados
Agropecuário	81	123.311
Consumo	01	950
Crédito	66	346.695
Educacional	15	2.881
Habitacional	01	96
Infra-estrutura/eletrificação rural	08	7.985
Mineral	01	22
Produção	01	20
Saúde	33	10.847
Trabalho	09	4.657
Transporte	19	2.373
Turismo e lazer	03	292
Total	238	500.129

Ocepar, Paulo Bernardo quatro. “A gestão democrática faz parte dos princípios do cooperativismo. E a Ocepar, em conjunto com a OCB, atua de forma proativa e organizada, na defesa dos interesses das cooperativas. É um trabalho que exige articulação e acompanhamento diário,

estudos, análises, estratégia e diálogo nas diferentes esferas governamentais e legislativas”, afirma João Paulo Koslovski.

Programa de formação – O programa de formação cooperativista executado pelo SESCOOP, o Sistema S das cooperativas, executado em parceria com



Cooperativistas aprovaram prestação de contas e as ações propostas para 2009



Reunião da Diretoria

as cooperativas, tem significativa participação nos resultados obtidos pelo sistema nos últimos anos. Apenas no último ano, 185 cooperativas foram beneficiadas com a aplicação de recursos do Sescop/PR. Foram realizados 2.946 eventos, com 100.273 participações e 37.286 horas em eventos de capacitação profissional e promoção social. Os índices de satisfação dos participantes em eventos do Sescop/

PR atingiram média de 9,00 nos eventos de capacitação e 9,14 nos eventos de promoção social. No comparativo com anos anteriores, o número de eventos promovidos pelo Sescop/PR passou de 752 em 2001 para 2.946 em 2008. No mesmo período, o número de participantes cresceu de 63.443 para mais de 100 mil e a quantidade de horas trabalhadas expandiu de 10.426 para 37.286.

Houve também investimentos na realização de 12 cursos de pós-graduação, MBA e Especializações, em parceria com diversas instituições de ensino superior, como PUC Paraná, Fundação Getúlio Vargas, Fundação Unimed e Escola Superior de Marketing (SP), beneficiando 416 profissionais. Nos dez anos de atuação do Sescop-PR, já foram contabilizados 29 cursos de pós-graduação, dois dos quais de mestrado. ■

Principais ações

Diariamente, os profissionais do Sistema Ocepar estão atuando na prestação dos mais diferentes serviços às cooperativas, entre os quais se destacam:

Assessoria legislativa e tributária – Profissionais acompanham diariamente o andamento das matérias de interesse do sistema nas esferas legislativas e do executivo federal e estadual. Eles atuam junto aos assessores parlamentares da OCB e da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), repassando subsídios e documentos para orientar ações de apoio ou recusa a determinado tema em tramitação. Em 2008, foram realizadas análises de 296 projetos e 183 medidas provisórias, o que exigiu constantes reuniões, estudos e levantamentos de impactos tributários e efeitos no mer-

cado, bem com a elaboração de emendas, justificativas, pareceres e sugestões.

Fóruns – Os fóruns são eventos de curta duração para discussão e definição de assuntos de interesse do setor cooperativista. Participam dos fóruns dirigentes, executivos e profissionais de diversas áreas das cooperativas. Em 2008, a Ocepar/Sescop-PR realizou 44 fóruns no estado, com 1492 participantes e 264 horas de trabalho. Entre os eventos, destaque para os fóruns dos Presidentes, dos Profissionais de Mercado, de Finanças, Contabilidade, Agrônomo, Área Ambiental, Comunicação, Jurídico, Agentes de Desenvolvimento Humano, entre outros.

Campanha de valorização – Pelo segundo ano consecutivo o Sistema Ocepar, em parceria com as cooperativas,

realizou em 2008 a campanha institucional de marketing “Cooperativas Orgulho do Paraná”. Entre os materiais produzidos neste ano, estão os spots para rádio, 5 anúncios para jornais e revistas, além de 3 filmes para TV, adesivos, outdoors e banners. Filmes para TV, spots de rádio e anúncios foram veiculados nas emissoras da Rede Paranaense de Comunicação (RPC) em todo o estado. Os spots de rádio também foram veiculados em emissoras de rádio em dezenas de municípios paranaenses, assim como as peças da campanha em outdoors. A campanha foi formatada com base numa pesquisa que mediu a percepção do paranaense sobre o cooperativismo. A pesquisa foi realizada pela PUC/PR, nos meses de maio e junho de 2008.

Se é C.Vale, pode abrir a boca e fechar os olhos



AQUI TEM
GENTE QUE
SE IMPORTA
DESDE 1963



Os alimentos da C.Vale, sim, você pode saborear de olhos fechados, com a certeza de que está consumindo produtos de qualidade, até o último pedaço. Isso porque a cooperativa acompanha todo o processo produtivo, desde o plantio das sementes que alimentam os frangos até o momento de embalar o produto, com todo o cuidado e atenção para garantir alimentos saudáveis, nutritivos e saborosos.



www.cvale.com.br



Foto: Assessoria Ocepar

Multiplicadores

prontos para expansão do programa

Educadores participaram de treinamento realizado pelo Sescoop-PR

A pós reunir os multiplicadores do Cooperjovem em Curitiba, no dia 13 de abril, para definir uma linha comum de atuação, o Sescoop/PR promoveu a capacitação dos executores do programa no Paraná. O curso teve a participação de 22 educadores, que receberam orientação do consultor Gustavo A. Leal Brandão. Segundo a coordenadora estadual do programa, Vanesa Christofoli, professores que acreditam na proposta do Cooperjovem estão desenvolvendo trabalhos muito bons, mas demonstraram dificuldade em fazer o registro das ações desenvolvidas nas escolas. Por isso foi

organizado o curso, para facilitar a identificação de necessidades e dos indicadores qualitativos para a avaliação dos projetos.

A idéia da capacitação é mostrar aos educadores a possibilidade de desenvolver atividades cujos resultados extrapolem o ambiente escolar. "O Cooperjovem visa inserir o cooperativismo nas escolas, mas a abrangência da proposta é em âmbito da comunidade. A sementeira é feita nos estabelecimentos de ensino, mas as mudanças de atitude devem refletir também na família dos alunos, na vizinhança, ou seja, em todo o entorno da escola", acrescentou Vanessa.

Expectativa – "Espero que, por meio do Programa, nós professores consigamos instigar os princípios do cooperativismo nos alunos, colaborando com a escola e com a comunidade em geral. A sociedade atual é muito individualista e é importante trabalhar esse aspecto da cooperação entre os estudantes, pois eles serão as pessoas que futuramente vão gerenciar a nossa sociedade", afirma Poliana Sibeles de Almeida Ferreira, do Colégio Estadual Santos Dumond, de Cafelândia, onde o Cooperjovem é desenvolvido em parceria com a cooperativa Copacol.

Envolvida com o Cooperjovem

desde 2003, a professora Salete Vieceli Vescovi, da Escola Municipal Perciotti, de Palotina, avalia que os projetos implementados através do programa estão trazendo bons resultados. "Aos poucos, nós estamos colhendo os frutos desse trabalho, que está despertando a consciência cooperativista na escola e na comunidade e vem motivando as pessoas a buscarem alternativas para a solução de seus problemas baseados nos princípios do cooperativismo", disse. Segundo ela, o programa está contribuindo para estreitar o relacionamento entre a comunidade e a C.Vale, que tem levado os estudantes para conhecer o trabalho de diversificação realizado pela cooperativa, como a amidonaria e o complexo avícola.

São investimentos que beneficiam não apenas os associados como também resultam na geração de renda e de empregos para toda a comunidade", completa

Mirna Klein, coordenadora do Cooperjovem na C.Vale. Em Palotina, mais de 320 educadores de oito municípios da área de ação da cooperativa já foram capacitados nos últimos cinco anos para atuar no programa.

Modelo diferenciado – O Cooperjovem é um programa da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), desenvolvido desde 2000 pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Em 5 de novembro de 2007 foi aprovada a portaria nº 036, estabelecendo os procedimentos para qualificação, implantação e acompanhamento do programa. "Com essa iniciativa, nós podemos construir um modelo diferenciado de relações entre alunos, professores, comunidade e cooperativa, promovendo uma mudança estrutural nas sociedades envolvidas", afirma o presidente do Sistema OCB e do SESCOOP Nacional, Márcio Lopes de Freitas.

Executado no Paraná através do Sistema Ocepar/Sescoop-PR, o Cooperjovem está fazendo muito sucesso entre as cooperativas onde foi implantado. O objetivo é ensinar aos alunos das escolas do ensino fundamental os princípios e valores do cooperativismo, produzindo resultados práticos nos envolvidos. "Quando as crianças participam do Cooperjovem, estão se preparando para o exercício de sua cidadania. Com o aprendizado, viabilizam expectativas de um mundo mais justo e fraterno", afirma o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski. Atualmente, o Cooperjovem atende 9.500 alunos de 95 escolas em 40 municípios paranaenses. O número de professores multiplicadores preparados pelo SESCOOP-PR já soma 974. Até agora foi implantado pelas cooperativas: Lar, C.Vale, Castrolanda, Coagel, Cocamar, Cocari, Confepar, Copacol, Copagril e Integrada. ■

Hoje é dia de peixe.

Chegou a Linha de Peixes Copacol. Tão prática, que só falta vir no prato.

A NOVA LINHA DE PEIXES COPACOL TRAZ MUITO MAIS PRATICIDADE PARA SUA VIDA. AGORA VOCÊ PODE COMER PEIXE NA HORA QUE DESEJAR, POIS ELE JÁ VEM LIMPO E PRONTO PARA O PREPARO, IDEAL PARA QUEM É APAIXONADO POR SABOR.

Copacol
Apaixonados por sabor





Odacir Zonta, presidente da Frencoop, faz pronunciamento durante comemoração da conquista da lei do cooperativismo de crédito

Cooperativismo de crédito conquista lei específica

Antes regidas através de resoluções do Bacen, as cooperativas de crédito agora têm legislação própria

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou Lei complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, que insere as cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN). Embora as cooperativas de crédito já obedeçam a regras do Banco Central aplicadas ao SFN, faltava uma regulamentação específica para o setor, de modo a garantir segurança jurídica necessária para seu funcionamento, facilitando o acesso ao crédito para pequenos produtores, comerciantes, industriais e população de baixa renda. Aprovada pelo Senado no dia 24 de março, a regulamentação determina que o sistema seja integrado por cooperativas singulares de crédito, cooperativas centrais de crédito, confederações de cooperativas de crédito e bancos cooperativos.

O trabalho da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), juntamente com a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), foi determinante para a aprovação da proposição

(PLS 293/1999, antigo PLP 177/2004 na Câmara dos Deputados), no plenário do Senado Federal, em março, e a sanção presidencial. Para o presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, o resultado é fruto de trabalho em conjunto com a participação do Conselho Especializado do Ramo Crédito (Ceco/OCB), confederações, centrais, parlamentares, federações e instituições ligadas ao setor. “A importância de uma regulamentação específica do sistema de crédito cooperativo é garantir a segurança jurídica necessária ao desenvolvimento do setor”, ressalta Freitas. Com a nova regulamentação, as cooperativas de crédito continuarão a ser regidas pela lei cooperativista e pela regulação específica do Sistema Financeiro Nacional (SFN), respeitando as disposições da lei complementar.

O presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, destacou o apoio do senador Osmar Dias na aprovação do projeto de lei, como relator. Segundo Koslovski, Osmar Dias tem atuado em

defesa das causas do sistema, “pois conhece o cooperativismo e tem muita experiência no setor como associado que é de cooperativa”. Para Koslovski, a sanção presidencial à lei é um reconhecimento do governo ao cooperativismo de crédito, que exerce função importante de apoio ao setor produtivo. A sanção presidencial à lei não traz mudanças no atual funcionamento das cooperativas de crédito, mas o ato estabelece uma legislação própria, uma vez que o setor era regulado através de resoluções do Banco Central. Agora, a base legal só poderá ser alterada através do Congresso Nacional.

Operações só com associados

– As cooperativas singulares só poderão operar com associados, no intuito de estimular a formação de poupança, oferecer assistência financeira e prestar serviços em favor da vocação societária. Os recursos em caixa poderão ser aplicados em títulos e valores mobiliários e em outras opções de investimentos oferecidas pelo mercado. As cooperativas centrais,

que podem ter abrangência interestadual, terão funções de organizar serviços econômicos e assistenciais de interesse das cooperativas afiliadas, além de integrar e orientar as atividades dessas entidades. Às confederações de cooperativas de crédito cabe coordenar e executar atividades das associadas quando a abrangência dos serviços ultrapassar a capacidade das cooperativas centrais de crédito.

Bancos cooperativos – Já os bancos cooperativos têm o objetivo de proporcionar acesso das cooperativas de crédito ao mercado financeiro. Os bancos do setor serão organizados em sociedades por ações, controladas pelas cooperativas singulares de crédito, pelas cooperativas centrais de crédito e confederações de cooperativas de crédito constituídas no país. Há, atualmente, dois bancos cooperativos no Brasil: Bansicredi e Bancoob, constituídos na metade dos anos 90, quando foi iniciada a flexibilização na legislação do cooperativismo de crédito. O Bansicredi,



O presidente da OCB, Márcio Lopes, em reunião com o presidente do Bacen, Henrique Meirelles

do Sistema Sicredi, tem sede em Porto Alegre; o Bancoob, do Sistema Sicoob, tem sede em Brasília.

Números – O sistema de crédito cooperativo brasileiro é integrado por 1.453 cooperativas de crédito, com 4,2 milhões de associados e mais de 50 mil funcionários. Atuam através de 4.182 pontos de atendimento e tinham, em dezembro de 2008, ativos de R\$ 44,5 bilhões. As operações de crédito somaram, no Brasil, R\$ 21,8 bilhões. Embora o

montante dos ativos seja pouco expressivo em relação a todo o Sistema Financeiro Nacional, tem significado importante para o cooperativismo de crédito, que sofreu duramente durante os anos 60 e 70 em função da legislação ter inviabilizado o surgimento e funcionamento das cooperativas. O sistema ressurgiu praticamente das cinzas nos anos 80, mas as restrições perduraram praticamente por 15 anos. Hoje a cooperativa de crédito detém cerca de 3% de todo o SFN. ■

O Melhor Alimento para o seu animal ***Nutrição e Saúde num só produto***



Bovinos, Equinos, Ovinos, Aves, Peixes, Cães, Suínos e Coelhos

Rações



INTEGRADA
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

A Venda nas Unidades da Integrada e Lojas Especializadas

OCEPAR

Sindicato e Organização das Cooperativas
do Estado do Paraná

SUSCOOP/PR

Associação Nacional de Aprendizagem
Cooperativismo

Fotos: Assessoria Ocepar

Autoridades na abertura do fórum

Cooperativas buscam enquadramento no Pronaf

Objetivo é ampliar investimentos beneficiando a agricultura familiar. Fóruns regionais definiram propostas encaminhadas ao governo

Com o objetivo de ampliar as estruturas de apoio aos pequenos e médios agricultores do Paraná, as cooperativas paranaenses sugerem a flexibilização das normas de inclusão no Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Atualmente, menos de dez cooperativas do Paraná estão enquadradas no Pronaf, embora milhares de seus associados sejam beneficiários do programa. A inclusão de mais cooperativas no Pronaf permitirá que elas obtenham financiamentos a juros especiais, ampliando a possibilidade de realizarem investimentos em regiões de agricultura menos desenvolvidas. Essa reivindicação foi apresentada ao secretário nacional de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Adoniram Saches Perachi, durante o Fórum de Crédito Rural realizado na Ocepar no último dia 24 de abril.

Participaram do fórum presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, o secretário estadual da Agricultura do Paraná, Valter Bianchini, o delegado

federal do MDA no Paraná, Reni Denardi, o presidente do Instituto Emater, Arnaldo Bandeira, o superintendente regional do Banco do Brasil, Danilo Angst e o superintendente do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE), Carlos Olson. Cerca de 60 pessoas entre dirigentes e técnicos das cooperativas e profissionais do Sistema Ocepar participaram do evento.

O fórum teve por objetivo analisar as mudanças implementadas no Pronaf e os procedimentos para enquadramento das cooperativas e cooperados. "Nosso objetivo foi debater com o MDA a possibilidade de inserirmos um maior número de agricultores familiares amparados com essa política do governo federal que efetivamente vem ajudando muito o nosso setor da agricultura, não só do Estado do Paraná, mas do Brasil", afirmou João Paulo Koslovski. Por sua vez, o secretário nacional de Agricultura Familiar do Mapa, Adoniram Saches Perachi, os novos parâmetros para enquadramento no Pronaf devem ampliar o montante de

recursos contratados, que na última safra no Paraná foi de R\$ 1,5 bilhão. "Esperamos ultrapassar a meta do ano passado. Com as alterações, mais cooperativas e agricultores terão acesso aos financiamentos", frisou.

Critérios – As atuais normas estabelecem que para se enquadrar no Pronaf uma cooperativa precisa ter 90% dos associados enquadrados no programa e que eles sejam responsáveis por pelo menos 70% da receita. Esse critério é considerado muito rígido, pois exclui do programa a maioria das cooperativas. Durante o fórum sugeriu-se reduzir esses percentuais de 90% para 70% e de 70% para 50%, respectivamente, e que o enquadramento seja feito por CNPJ da cooperativa. Com isso, uma cooperativa já consolidada numa região poderá enquadrar no Pronaf entrepostos de outros municípios menos desenvolvidos, ampliando a possibilidade de realizar investimentos necessários ao melhor atendimento dos agricultores familiares.

Se o governo está interessado em

ampliar o número de cooperativas no enquadramento no Pronaf, nada mais justo que alterar esses critérios. A vantagem da inserção das cooperativas no Pronaf é que são instituições organizadas, sólidas economicamente, facilitando o acesso dos agricultores familiares aos serviços oferecidos, como assistência técnica, armazenagem, insumos, diversificação, agroindustrialização, capacitação e mercado. "A cooperativa protege e o governo oferece crédito barato. O objetivo é manter o agricultor integrado ao sistema de exportação cooperativista, que é muito importante para o país", frisou Adoniram. Ele admitiu que mudanças e novas alterações podem ser realizadas, caso sejam identificadas problemas ou dificuldades. "A direção e o conceito estão dados, que é incluir e facilitar o desenvolvimento da agricultura familiar através do cooperativismo, que é um instrumento eficaz de geração de renda", conclui.

Reunião histórica – O presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, avaliou como muito positivo o fórum, pois propiciou uma discussão aberta e

produtiva sobre Pronaf. "Além disso, nós definimos que serão realizadas três reuniões regionais no Paraná para promover maior esclarecimento sobre as regras do Pronaf, com a participação de representantes das cooperativas, Emater, MDA e Ocepar. Nós também iremos promover um Fórum de Crédito Rural como este a cada seis meses, com o objetivo de nivelar e atualizar as informações sobre o programa", afirmou. Um comitê permanente será ainda instalado no Ocepar para acompanhar e orientar as cooperativas nas questões ligadas ao Pronaf.

Na opinião do deputado federal Florisvaldo Fier, Dr. Rosinhan (PT/PR), que também participou do Fórum na sede da Ocepar, o evento é uma oportunidade para que o governo federal possa informar as cooperativas sobre as mudanças feitas dentro do Pronaf. "É uma discussão democrática e as propostas que estão sendo apresentadas com certeza serão levadas ao conhecimento do governo através do secretário Adoniran". O deputado considera um avanço importante estas mudanças que beneficiarão os agricul-

tores familiares que pertencem alguma cooperativa de produção.

O presidente do Instituto Emater, Arnaldo Bandeira, considerou histórica a reunião realizada na Ocepar em função da possibilidade de ampliação do número de beneficiários do Pronaf através do sistema cooperativista. "As cooperativas são fundamentais nesse processo, porque através delas o crédito chega ao produtor para ele produzir mais com a garantia da industrialização e da comercialização. Foram feitas propostas muito bem fundamentadas e eu sinto uma disposição muito grande da parte do MDA em encontrar alternativas para acolher essas propostas, flexibilizar para facilitar a entrada do máximo de cooperativas. Vejo na Ocepar uma disposição muito grande de entrar nesse jogo, o que é importante para a agricultura do Paraná e do Brasil", frisou. "Eu vejo que se as cooperativas consolidadas ou em consolidação não entrarem nesses territórios menos desenvolvidos, criando oportunidades, condições de diversificação, nós vamos desenvolver essas regiões, mas vai demorar muito mais".

Fóruns regionais sugerem alterações para cadastramento

O Sistema Ocepar promoveu, de 11 a 13 de maio, os fóruns técnicos regionais para apresentar e discutir as alterações para cadastramento no Pronaf. Os eventos, promovidos em parceria entre Ocepar, cooperativas, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), Instituto Emater e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ocorreram na Coasul (São João), na Copagrill (Marechal Cândido Rondon) e na Cocamar (Maringá). Participaram dos fóruns diretores, gerentes, profissionais dos departamentos financeiros, técnicos e de crédito rural das cooperativas agropecuárias e de crédito, além dos técnicos das instituições parceiras.

Durante o fórum foram abordados os temas "Crédito Rural: Alterações do Pronaf e condições para enquadramento das cooperativas agropecuárias", por Reni Denardi e José



Fórum regional realizado em Marechal Cândido Rondon

Leitão, da Delegacia Federal do MDA no Paraná; "Procedimentos necessários para emissão da DAP - Declaração Aptidão ao Pronaf - pessoa física e jurídica", por Arnaldo Bandeira e Sérgio Auffinger, do Instituto Emater. Por fim, Flávio Turra e Robson Mafioletti, da Gerência Técnica e Econômica da Ocepar, apresentaram propostas de

alteração do Pronaf para viabilizar o enquadramento de um grupo maior de cooperados e cooperativas no programa. Durante os três fóruns foram colhidas diversas sugestões, reunidas em propostas encaminhadas à Secretaria da Agricultura do Paraná, ao Instituto Emater e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.



Adoniram Saches Perachi, secretário nacional de Agricultura Familiar

As cooperativas são fundamentais na implantação de projetos que agregam valor aos produtos primários, aumentando o seu valor no mercado e melhorando a renda do cooperado.

No entanto, as linhas de crédito

para financiamento de projetos agroindustriais são limitadas e com encargos financeiros elevados, o que acaba inviabilizando a implementação de empreendimentos essenciais ao setor produtivo.

Com o objetivo de viabilizar o



Dirigentes e profissionais das cooperativas participaram do evento

acesso das cooperativas e dos pequenos produtores cooperativados às linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, apresentam-se as propostas para adequação dos normativos.

Propostas

1. Alterar a sistemática de enquadramento das cooperativas agropecuárias em projetos de investimentos com recursos das linhas do Pronaf reduzindo o percentual de associados classificados como agricultores familiares de 90% para 70% e o volume de produção recebida da agricultura familiar de 70% para 50%, nos moldes previstos para o leite.
2. Ampliar o limite superior da renda bruta anual por mutuário para fins de enquadramento dos agricultores familiares no Pronaf para R\$ 165 mil, permitindo o enquadramento no Pronaf de produtores rurais com até 6 módulos fiscais.
3. Conceder o rebate de 30% na renda bruta anual proveniente das culturas da soja e algodão para enquadramento no Pronaf.
4. Permitir o enquadramento de entrepostos (CNPJ) de cooperativas no Pronaf, desde que, os cooperados desta unidade atendam as exigências do programa.
5. Possibilitar para regiões com baixo IDH (regiões deprimidas) a implantação de projetos de agroindústrias com recursos do Pronaf, por meio de cooperativas agropecuárias.
6. Criar mecanismos para viabilizar o acesso das cooperativas a financiamentos de projetos agroindustriais na proporção de cooperados com DAP pessoa física.
7. Instituir uma linha de crédito de pré-custeio para cooperativas para aquisição de insumos para repasse aos cooperados enquadrados no Pronaf.
8. Ampliar o limite de financiamento na linha de Pronaf Agroindústria para R\$ 25 milhões/mutuário para todas as atividades agroindustriais equiparando-os ao setor lácteo.
9. Permitir, no âmbito do Pronaf Eco, o financiamento de projetos para adequações do setor ambiental para as cooperativas.
10. Excluir das restrições ao enquadramento no Pronaf o número de empregados permanentes nas atividades agropecuárias.
11. Conceder condições especiais de enquadramento de projetos integrados de financiamento destinados às cadeias produtivas do café, fruticultura e olericultura, no âmbito das cooperativas.
12. Na linha de crédito de cotas partes permitir que as cooperativas com patrimônio líquido superior a R\$ 50,00 milhões possam acessá-la, desde que, o patrimônio líquido por cooperado não ultrapasse R\$ 50,00 mil.

Cerca de 60 analistas, gerentes e diretores de área financeira participaram do evento

Os primeiros

sinais da lenta recuperação

Para especialistas, já existem indícios de retomada da economia mundial a partir da China e Índia

A crise mundial está acabando. Essa foi a mensagem de otimismo que o conferencista Alexandre Mendonça de Barros deixou aos participantes do I Fórum Financeiro 2009 promovida pelo Sistema Ocepar/Sescoop-PR no último dia 19 de abril. O fórum teve mais três palestrantes: o economista e presidente da Austin Rating, Erivelto Rodrigues, falou aos participantes do fórum sobre o tema “Avaliação de risco para o crédito e instituições financeiras”; o analista do Banco Central (Bacen), Alexandre Ricardo Matta Pio de Abreu, que abordou o tema “Conheça seu Dinheiro”; e o gerente de Desenvolvimento e Autogestão do SESCOOP Paraná, Gerson Lauermann, que falou sobre “Cenário Econômico das Cooperativas Agropecuárias Paranaenses – Indicadores de Gestão”.

Cerca de 60 pessoas entre diretores, gerentes e analistas da área financeira das cooperativas do Paraná, participaram do fórum, ávidas para saber das perspec-

tivas do fim da crise. Foi Mendonça de Barros que falou mais especificamente sobre o assunto, abordando o tema “Perspectivas da agropecuária brasileira em 2009”. Segundo o conferencista, a crise financeira mundial atingiu muito fortemente os países ricos, mas já há indícios de recuperação. “Ainda não podemos ser muito otimistas, mas há notícias boas sobre a China e a Índia, voltando a ter sinais de crescimento. E isso é o primeiro caminho para a recuperação, que será longa”, frisou. Sobre o Brasil, disse que a expectativa é de que volte a crescer no final deste ano, com a ajuda de taxas de juros menores, em torno de 9% a 9,2%.

A agricultura já passa por um momento melhor com a redução do custo de produção, especialmente por causa da queda dos preços dos fertilizantes, reduzindo a demanda por recursos para financiar a próxima safra. “Hoje, nós temos uma condição de preços bem razoável, do ponto de vista histórico. Então, eu antevio a

próxima safra a custos mais baixos e com uma rentabilidade razoável. Não é uma crise tão forte para os nossos produtores, mas também não é o melhor dos mundos. Mas, relativamente aos demais países, o Brasil e a economia agrícola brasileira estão muito bem”, concluiu Alexandre.

O fim da farra financeira – O economista e presidente da Austin Rating, Erivelto Rodrigues, falou sobre o tema “Avaliação de risco para o crédito e instituições financeiras”, demonstrando que antes do Plano Real, os bancos pouco se preocupavam com a eficiência operacional em função dos altos ganhos propiciados pela inflação. A receita auferida pelos bancos sobre os recursos dos depósitos à vista aplicados no over night representavam, à época, cerca de US\$ 4 bilhões, valor equivalente a 4% do PIB do Brasil. Segundo Erivelto, a má administração dos bancos brasileiros era mascarada pelos altos ganhos inflacionários, farra que terminou com o advento do Plano Real. ■

Mangabeira e Stephanes visitam cooperativas no Paraná

Ministros estiveram na Lar, Coopavel, Copacol, Coamo e Agrária. Experiências do setor devem ser replicadas em outras regiões do país

Foto: Assessoria Ocepar



Comitiva sobrevoou várias regiões do estado e Mangabeira recebeu diversas informações sobre a economia rural e o cooperativismo

"E u vim para recolher as lições dessas experiências e ver de que forma podemos utilizá-las como exemplo para o país. Mas vim também para entender os problemas do cooperativismo agrícola do Paraná. O Brasil tem interesse estratégico em que essa experiência exemplar do cooperativismo agrícola supere os seus problemas e possa ajudar a apontar o caminho para o país", disse o ministro de Assuntos Estratégicos e coordenador do Programa Amazônia Sustentável (PAS), Roberto Mangabeira Unger, ao iniciar visita de dois ao Paraná (11 e 12/05). Ciceroneado pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, Mangabeira conheceu algumas experiências bem sucedidas de cooperativismo. Durante dois dias, a comitiva visitou cinco cooperativas: Lar, Coopavel, Copacol,

Coamo e Agrária. "O Brasil está em busca de um novo modelo de desenvolvimento baseado em ampliação de oportunidades econômicas e educativas. O terreno privilegiado para avançarmos nesse caminho é a agricultura. E o cooperativismo do Paraná ocupa um papel de vanguarda no país", afirmou Mangabeira.

Oportunidade inédita – O presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, destacou o momento inédito vivenciado pelo cooperativismo paranaense com a visita de Mangabeira Unger e Stephanes. "É uma oportunidade única para nós recebermos a visita de dois ministros simultaneamente. É a primeira vez que isso acontece", afirmou. Koslovski lembrou que o ministro da Agricultura é um profundo conhecedor e apoiador do cooperativismo. "Já o ministro Mangabeira tem a missão de estabelecer um plano estratégico e nós queremos oferecer

subsídios que atendam aos anseios desse trabalho", acrescentou. Koslovski frisou ainda a importância do estabelecimento de uma política de garantia de renda por parte do governo federal e a necessidade de promover melhorias que propiciem o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro. "Nós somos muito bons da porteira para dentro, mas da porteira para fora enfrentamos ainda vários obstáculos ligados a questões logísticas, de infraestrutura e tributárias, por exemplo", frisou. O dirigente também salientou a importância de fortalecer as cooperativas de crédito. "Elas devem funcionar como molas propulsoras dentro do cooperativismo, como ocorre nos Estados Unidos e na Europa", disse. O presidente da Ocepar defendeu ainda um aporte maior de capital para viabilizar o sistema cooperativista e agilidade na solução dos problemas ambientais.



Na Lar, produção com sustentabilidade

A visita dos ministros ao Paraná começou pela Cooperativa Lar, em Medianeira. Lá, Mangabeira Unger e Stephanes foram recepcionados na Associação Recreativa da cooperativa pelo presidente da Lar, Irineo da Costa Rodrigues. Também prestigiaram a visita dos ministros o presidente da Usina Hidrelétrica de Itaipu, Jorge Samek, prefeitos e vereadores dos municípios da área de atuação da cooperativa. Irineo discorreu sobre todas as atividades executadas pela Lar, com destaque para as ações voltadas à sustentabilidade da produção agropecuária, como o plantio direto, o recolhimento das embalagens de agrotóxicos, as matas ciliares e o projeto de geração de energia a partir da utilização de dejetos de suínos, desenvolvido na cooperativa e em propriedades dos cooperados e cujo excesso de energia é vendido para a Copel.



Coopavel, a sinergia entre o campo e a cidade

Na Coopavel, a comitiva ministerial foi recebida pelo presidente Dilvo Grolli e pelo vice-presidente, Rudinei Grigoletto, em sua sede em Cascavel. Na ocasião, os ministros Stephanes e Mangabeira Unger e o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski acompanharam uma explanação sobre as atividades desenvolvidas pela cooperativa. Para Dilvo Grolli a visita dos ministros ao Paraná é de extrema importância, pois é uma oportunidade de conhecerem aquilo que as cooperativas estão realizando e de que forma elas podem contribuir para este planejamento estratégico que está sendo construído pelo governo. Ele enfatizou a sinergia positiva que a cooperativa exerce entre o campo e a cidade, o impulso aos pequenos e médios produtores e o desenvolvimento de práticas sustentáveis e com potencialidade econômica.



Na Copacol, visita a propriedade de cooperado

No período da tarde, os ministros foram recebidos na Copacol, em Cafelândia, pelo presidente Valter Pitol. Na ocasião, foram apresentados os trabalhos desenvolvidos pela Copacol e a importância do cooperativismo para os pequenos e médios produtores, com informações sobre a realidade do agricultor do oeste paranaense. Valter Pitol apresentou ainda o novo Propósito Estratégico da Cooperativa, GPS 2 5 25, onde

a Copacol pretende faturar R\$ 2 bilhões até 2013. Acompanhando os ministros, o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, também destacou a força do cooperativismo na região oeste e em todo Paraná.

Após apresentações realizadas no auditório da cooperativa, os ministros visitaram uma propriedade rural de Cafelândia, onde puderam ver de perto os trabalhos desenvolvidos pelos produtores cooperados da Copacol. ▶



Foto:Assessoria Coamo

Na Coamo, números recordes impressionam

Em Campo Mourão, o presidente da Coamo, José Aroldo Galassini, apresentou aos ministros Reinhold Stephanes e Mangabeira Unger, os principais números da cooperativa em sua área de atuação. Galassini ressaltou que 70% dos cooperados da Coamo são agricultores

familiares que possuem propriedades de até 100 hectares. No ano passado, a cooperativa obteve faturamento recorde de mais de R\$ 4 bilhões. O ministro Mangabeira Unger ficou impressionado com a organização da cooperativa. Na reunião com os ministros também estiveram presen-

tes o deputado federal Odílio Balbini, o prefeito de Campo Mourão, Nelson Tureck, além de prefeitos de outros municípios da região. Galassini mostrou também aos ministros os investimentos em agroindústria e os programas de desenvolvimento sustentável fomentados pela cooperativa.

Na Agrária, tradição e agroindustrialização



Foto:Assessoria Ocepar

Na visita realizada à cooperativa Agrária, no distrito de Entre Rios, município de Guarapuava, os ministros e o presidente da Ocepar foram recebidos pelo presidente da cooperativa, Jorge Karls e por integrantes da diretoria, cooperados e pelo vice-prefeito, Jorge Luis Massaro. Após assistirem algumas apresentações folclóricas e culturais, os ministros acompanharam uma audiovisual sobre a história de fundação da cooperativa e o que ela é na atualidade. Em seguida visitaram o parque industrial, aonde conheceram a nova indústria de malte que deverá ser inaugurada no dia 2 de outubro próximo, indústria de trigo e a sede administrativa. Para Jorge Karl foi histórico e muito importante para a cooperativa poder receber num só dia pela primeira vez a visita de dois ministros.

**(Com informações das Assessorias de Imprensa Lar, Coopavel, Copacol, Coamo e Agrária)*

Escolha mais sabor. Escolha Purity.

A vida fica mais gostosa quando você saboreia os bons momentos. Como beber Purity, que traz em cada caixinha todo o sabor da fruta e os benefícios da soja. Escolha mais sabor.

Escolha Purity.



www.cocamar.com.br



Foto: Assessoria Unimed Brasil

Diretoria da Unimed Brasil (da esquerda para a direita): Aucélio Melo de Gusmão, diretor de marketing e desenvolvimento; Euclides Malta Carpi, diretor Financeiro; Francisco Albeniz Bohrer Pilla, diretor administrativo; Eudes de Freitas Aquino, diretor presidente; Luiz Carlos Misurelli Palmquist, diretor vice-presidente; Valdmário Rodrigues Júnior, diretor de integração cooperativista; Antonio Cesar Azevedo Neves, diretor de tecnologia.

Sistema se moderniza apesar do excesso tributário

Pesada carga de impostos é entrave ao crescimento do ramo saúde

O sistema cooperativo Unimed está presente em 4 mil municípios brasileiros e detém 34% do mercado de planos de saúde. Tem a adesão de 10 a 12 mil profissionais de saúde ao ano e poderia crescer ainda mais não fossem o excesso tributário e as ações judiciais – umas que move para defender seus direitos e outras que responde por ser a marca brasileira líder dos planos de saúde. O presidente da Unimed Brasil, Eudes de Freitas Aquino, e o vice-presidente, Luiz

Carlos M. Palmquist, falaram à revista Paraná Cooperativa sobre as prioridades de trabalho da nova diretoria e a busca constante de um padrão nacional em meio a tanta diversidade.

O nefrologista Eudes de Freitas Aquino, nascido em Natal (RN), ex-presidente da Unimed Piracicaba e da Federação Unimed São Paulo, encabeçou a chapa única que concorreu à presidência da Unimed Brasil, tendo na vice-presidência o pneumologista Luiz

Carlos M. Palmquist, ex-presidente da Federação Unimed Paraná e ex-diretor da Ocepar. Os dois levam ao sistema nacional as experiências que acumularam como reconhecidos líderes cooperativistas das federações Unimed desses dois Estados.

Extratativismo tributário – A pesada carga tributária é o maior entrave ao crescimento do Sistema Unimed. O presidente Eudes de Freitas Aquino afirma que a Unimed é posta numa vala comum e sofre

com o extrativismo tributário. “A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nos enxerga da mesma forma como vê empresas do setor que tem razão de existir diferente da nossa. Queremos que nos perceba como somos – cooperativa, sem fins lucrativos, com solidez, presença marcante e médicos instruídos”, afirma o dirigente, acrescentando que o sistema tem ido à justiça para fazer valer seus direitos. Eudes não se opõe à regulamentação, mas quer que o sistema seja ouvido, “porque temos nossas peculiaridades em função das diferenças. Não nos furtamos de pagar, mas nós queremos que tudo seja feito, cobrado e disciplinado dentro de uma base lógica e legal”, frisou.

A voracidade fiscal está tanto na esfera federal, na estadual como na municipal. Para muitas cooperativas, o ISS (Imposto Sobre Serviços) cobrado sobre o faturamento, representa um peso extra porque é considerada uma bitributação. “Uma grande parte da receita da Unimed vai para o médico que paga já paga ISS; outra parte vai para o hospital, que paga ISS; a outra parte vai para os laboratórios, clínicas, etc., que também já pagam ISS sobre o mesmo valor”, esclarece o vice-presidente da Unimed Brasil, Luiz Carlos M. Palmquist. A solução é evitar essa duplicidade de pagamento. Os efetivos prestadores dos serviços (hospitais, laboratórios, médicos, etc.) é que devem pagar o ISS e não a cooperativa, diz Palmquist. O ISS, que pode chegar a 5% sobre o faturamento, é reconhecido como importante fator de limitação do crescimento de muitas cooperativas médicas.

Também há os “sequestros eletrônicos” de depósitos das cooperativas, obtidos judicialmente pelos poderes executivos que discutem judicialmente os tributos. Por fim, há as determinações legais, através de liminares, para as cooperativas pagarem por tratamentos médicos não previstos nos planos contratados pelos clientes, ou ainda com eficácia não comprovada cientificamente, o que tem impacto sobre os custos dos planos de saúde. É difícil administrar o sistema – reconhece Eudes de Freitas Aquino – enquanto a medicina evolui, apresenta novas modalidades de trata-

mento e a custos mais elevados, mas os valores cobrados pelos planos têm que seguir estáveis por determinação da ANS. “Os novos custos não cabem na mesma receita”, afirma Eudes.

A nova gestão – A nova diretoria da Unimed Brasil, que assumiu em março, tem entre as prioridades a redução das diferenças nos produtos e serviços oferecidos pelas 377 cooperativas presentes em 4 mil municípios. O objetivo é alcançar um único padrão em cerca de 70% dos produtos e serviços oferecidos, beneficiando cooperados e clientes dos planos de saúde oferecidos em todo o Brasil. Cerca de 30% dos produtos e serviços ficaria por conta de cada cooperativa singular para atender as peculiaridades regionais. Para alcançar essa padronização, a Unimed vai ampliar a qualificação da gestão das cooperativas com o treinamento dos profissionais.

A profissionalização do sistema está sob responsabilidade da Fundação Unimed, que tem a missão de desenvolver a gestão do conhecimento e promover a responsabilidade social. Não há demanda de uma cooperativa que queira melhorar a sua gestão que os profissionais da fundação não possam atender. “Realizamos uma série de eventos para expor as experiências das unimeds para alavancar o perfil de gestão sem fugir do conteúdo cooperativista. Os dirigentes têm buscado se aperfeiçoar com cursos de pós-graduação para adquirir experiências e modelos modernos de gestão, como governança corporativa”, conta o presidente Eudes de Freitas Aquino.

Nos eventos promovidos pelo Sistema Unimed há espaço para o relato de experiências feitas pelas cooperativas e federações estaduais em busca de solução para problemas comuns. A troca de informações facilita e reduz o custo da modernização da gestão. “Temos cooperativas modelo para o país e outras que têm evoluído muito, mas ainda há um caminho a trilhar”, afirma Palmquist. Ele fala da experiência da Unimed Paraná, que presidiu, e que implantou o Sistema de Acompanhamento de Cooperativas (SAC), desenvolvido pela Ocepar inicialmente para as cooperativas agropecuárias.

Esse programa, implantado há mais de dez anos, permite conhecer a tendência da performance de cada cooperativa com base em informações de anos anteriores e do perfil atual. Também permite a comparação com outras cooperativas congêneres do Estado ou fora dele.

Aplicado, o SAC permite uma avaliação profunda da tendência da empresa cooperativa e mostra os pontos que devem ser modificados para que uma tendência de crise seja abortada. Esse programa também poderá ser utilizado pela Unimed Brasil na melhoria da gestão das cooperativas do sistema. É uma forma de superar os empecilhos à boa gestão. “O problema é que cada cooperativa tem sua diretoria e forma de atuação. Temos que ter um padrão único, com rotinas, identidade visual, produtos e serviços únicos. Já evoluímos muito. Mas temos que entender que o processo de evolução é contínuo e permanente”, conclui Luiz Carlos M. Palmquist. ■

A UNIMED Brasil

A Unimed Brasil é uma Confederação Nacional de terceiro grau que representa, integra e orienta a atuação das cooperativas médicas Unimeds, além das empresas coligadas, defendendo, fortalecendo e consolidando a marca Unimed utilizada pelas 337 cooperativas filiadas que atuam em 4.125 municípios. O sistema tem mais de 107 mil cooperados e 84 hospitais próprios. Tem mais de 15,5 milhões de clientes e faturou, em 2008, mais de R\$ 20 bilhões.

O sistema é composto ainda por 22 instituições coligadas, entre federações e empresas que dão suporte às filiadas. A Fundação Unimed e Seguros Unimed fazem parte desse sistema, que nasceu em 1967, na cidade de Santos, e a partir de então se espalhou pelo Brasil. A cooperativa médica de Londrina é a primeira do estado do Paraná, que foi quando o sistema experimentou grande expansão.

Cooperativas

apresentam novidades na Mercosuper

Lançamentos do setor foram destaque na feira paranaense de supermercados, que em três dias recebeu mais 46 mil visitantes

As cooperativas foram destaque na Mercosuper 2009 – Feira e Convenção Paranaense de Supermercados, realizada de 19 a 21 de abril no ExpoTrade Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. Coamo, Copacol, Lar e Frimesa expuseram seus produtos de varejo em amplos e modernos estandes na 28ª edição do evento, que em três dias recebeu mais de 46 mil visitantes. A Cocamar foi uma

das patrocinadoras da feira, considerada a segunda mais importante do país e que reuniu neste ano 260 fornecedores de produtos, serviços e soluções para supermercados. “Assim como nossos expositores, nós entendemos a crise como uma oportunidade para a geração de grandes negócios”, disse o presidente da APRAS (Associação Paranaense de Supermercados), Everton Muffato. Segundo dados da APRAS, organizadora da feira, os negócios movimentados entre empresas e representantes da indústria bateram a marca de R\$ 600 milhões e a área de exposição foi ampliada em 30%.

Agroindústria e varejo – Conforme dados da Gerência Técnica e Econômica da Ocepar (Getec), o varejo repre-

senta hoje cerca de 20% do faturamento das cooperativas do ramo agropecuário. “Em 2006, a participação não passava de 15%, o que evidencia o crescimento agroindustrial do setor cooperativista”, observa o gerente da Getec, Flavio Turra. O processo de verticalização se acentuou nos últimos anos, com pesados investimentos em industrialização, principalmente nos segmentos de carnes, sucos, óleos vegetais e leite. “As cooperativas paranaenses dão passos consistentes no varejo, com elevação de escala e um reconhecimento crescente de suas marcas, muitas das quais deixaram de ser regionais e têm alcance nacional”, afirma Turra. “A participação em feiras como a Mercosuper é importante para ampliar a visibilidade das marcas e estender a abrangência de distribuição dos produtos das cooperativas”, finaliza.

Fórum e pós-graduação – Para encontrar alternativas e direcionar ações para ampliar a participação das cooperativas no varejo, a Ocepar criou em 2006 o Fórum de Varejo, voltado para os profissionais do setor. O evento, que ocorre de maneira itinerante em vários municípios do Paraná, detecta demandas e promove a intercooperação. “Foi a partir das indicações do Fórum que se tornou evidente a necessidade de se criar cursos de especialização e pós-graduação, que proporcionassem o aprimoramento dos profissionais do setor de varejo das cooperativas”, lembra o analista da Getec e coordenador do Fórum, Robson Mafioletti.

Em maio de 2007 teve início o curso de especialização em marketing de varejo; meses depois surgiu a pós-graduação, realizada em parceria com a ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing). “Os cursos visam profissionalizar os técnicos da área, levando em conta a realidade do mercado, as necessidades dos clientes e a orientação da cooperativa. O programa inclui posicionamento estratégico, marketing, logística, gestão e finanças”, explica. “Buscamos a aplicação prática e concreta no dia a dia das cooperativas, que avançam na ampliação de mercados e no desenvolvimento de novos produtos”, conclui.



Margarina Coamo Família amplia mix da cooperativa

A Coamo apresentou durante a Mercosuper o novo produto na linha de margarinas. O lançamento Coamo Família amplia o mix da cooperativa, que já comercializa outras quatro margarinas: Coamo Extra Cremosa, Coamo Light, Primê Cremosa e Coamo Cremosa. Segundo o superintendente comercial da cooperativa, Alcir José Goldoni, o novo produto atende a todas as necessidades de um lar. “A Coamo Família é uma margarina versátil, indicada tanto para utilização na culinária,

no preparo de bolos, bolachas e massas, quanto para passar em pães”, explica.

Feita a partir de soja não-transgênica, com 80% de lipídios, com sal e zero de gorduras Trans, a Coamo Família é produzida com alta tecnologia, obedecendo os critérios BPF (Boas Práticas de Fabricação) e APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle). Envasada em potes personalizados de 250 gramas e 500 gramas - com selo de segurança que garante melhor conservação do produto

- é comercializada também em saches de 1 kg. Além das margarinas, a Coamo atua no varejo nas linhas de óleo de soja, café e farinha de trigo, distribuídos no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Fundada em 1970, a Coamo é a maior cooperativa da América Latina. Com sede em Campo Mourão, é formada por mais de 21 mil cooperados, gera 4.400 empregos diretos e teve um faturamento, em 2008, de R\$ 4,71 bilhões.

Cocamar patrocina feira e divulga novos produtos

Uma das patrocinadoras da Mercosuper, a Cocamar concentra seu marketing nos lançamentos para o varejo, com destaque para os novos sabores de bebidas à base de soja dos sucos Purity (1 litro), prontos para o consumo: frapê de coco, cereais com mel e mamão com banana light. Com relação aos néctares de frutas, o principal destaque é o lançamento desses produtos em latas de 335 ml, nos sabores uva, pêssego e manga (tradicional), goiaba e uva (light).

Um composto de óleo de soja

e oliva, em embalagens de 200 e 500 ml, será acrescido ao portfólio de varejo, que vai contar também com várias novidades em matéria de maioneses Purity. Esta última será apresentada ao mercado em embalagens tipo sache em três formatos: de 7, 200 e 500g. Ainda na linha Purity, estão previstas, também, embalagens de 7 g para catchup e mostarda. Já a maionese de marca Lanchy vai ganhar uma embalagem de 3 kg e, finalmente, o leque de álcool doméstico (que conta com

opções líquidas e de consistência gel), ganha uma versão de 92,8°.

“A participação em feiras faz com que a cooperativa entre em contato com um grande número de supermercadistas, abrindo caminho para novos negócios”, afirma o gerente comercial de varejo da Cocamar, Marco Alarcon. Com sede em Maringá, a Cocamar foi fundada em 1963. Tem atualmente 6.112 associados, gera 2 mil empregos diretos e teve um faturamento, em 2008, de R\$ 1,4 bilhão.



Copacol lança linha de embutidos Mais Sabor

A nova linha de embutidos da Copacol foi lançada durante a Mercosuper. A linha Mais Sabor conta com salsichas, salsichões e linguças de frango e mortadelas. A industrialização dos novos produtos gerou a contratação de 375 funcionários e um investimento de R\$ 25 milhões. “Os lançamentos abrangem também uma linha especial denominada Especialidade do Chef, com produtos mais elaborados como carne

moída e peito de frango desfiado. Juntamente com a Mais Sabor continuamos a divulgação da linha de Peixes, que vem tendo uma excelente aceitação em todos os pontos de venda”, afirma o gestor de marketing da Copacol, Sidney Vargas. O mix do Mais Sabor engloba 31 produtos que já estão disponíveis nas gôndolas dos supermercados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Distrito Federal, entre outros estados.

Fundada em 1963, a Copacol tem 13 unidades de armazenagem, recebimento e vendas de grãos, emprega diretamente mais de 6.500 funcionários e congrega 4.362 cooperados. Em 2008, o faturamento da cooperativa, que tem sede em Cafelândia, no Oeste do Paraná, foi de aproximadamente R\$ 1 bilhão. “O conceito dos produtos Copacol alia qualidade, sabor e praticidade”, conclui Vargas.

Lar: steak de frango saborizado e farinha de trigo

A Lar lançou durante a Mercosuper o steak de frango de 75 gramas, nos sabores bacon, queijo, pizza e tradicional. Outra novidade foi a farinha de trigo Lar Boníssima, produto desenvolvido em parceria com a Cooperativa Central Cotriguaçu. Com amplo mix, a Lar trabalha nos segmentos de congelados, com 100 itens, e nas linhas secas com 70 itens. Tem atuação em vários estados do país, com maior presença no Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais. “Atendemos a supermercadistas, atacadistas e fornecedores que comercializam os produtos da marca Lar. Mantivemos o contato, estreitamos o

relacionamento e abrimos novos mercados. Foi uma boa feira e a marca Lar está cada vez mais forte”, afirma o gerente da Divisão de Alimentos e Compras da cooperativa, Jair Meyer.

Com sede em Medianeira, na Região Oeste do Paraná, a Lar foi fundada em 1964. Atualmente tem 8.344 cooperados e gera 4.474 empregos diretos. Em 2008, a cooperativa teve um faturamento de R\$ 1,4 bilhão. A presença da cooperativa no setor de varejo é crescente, incluindo a atuação no ramo de supermercados, com 13 lojas em diversos municípios. “Temos como objetivo ampliar a presença dos produtos Lar em supermercados de todo o país”, conclui Meyer.





Frimesa apresenta achocolatado, salsicha e kit churrasco

A Frimesa aproveitou a 28ª Mercosuper para apresentar os novos produtos de seu portfólio, que englobam 120 itens na linha de lácteos e aproxima-

madamente 220 em carnes. Entre as novidades lançadas na feira, o achocolatado prisma, a salsicha Frankfurt e o kit churrasco. “No caso do achocolata-

do, o produto que estamos lançando é comercializado em embalagem prática, de 200 ml, voltado em especial para o público adolescente, e amplia o mix da linha, que já conta com três itens. Também apresentamos na Mercosuper a linha de leite em pó integral, nas versões 400 gramas e 200 gramas”, explica o supervisor de marketing da cooperativa, Leandro Ribeiro Caciatori.

Outro lançamento é a Salsibier, uma salsicha Frankfurt, um produto feito a partir de carne nobre suína, temperada, defumada e pré-cozida. O Kit Churrasco tem duas opções e embalagens de 1,5 kg, porções equivalentes para refeição de três pessoas. A primeira opção traz sobrepaleta, costelinha e linguiça toscana. A segunda tem picanha, costelinha e a linguiça toscana. Atuando no Paraná, com filiais em São Paulo e Rio de Janeiro e representantes em várias regiões do país, a Frimesa atua há 32 anos no varejo. Cooperativa central, gera 3.200 empregos e teve, em 2008, um faturamento de R\$ 694 milhões.





Foto: Arquivo Ocepar

Industrialização é prioridade e representa mais da metade dos aportes previstos

Cooperativas

vão investir R\$ 1 bilhão

Setor mantém projetos de agroindústria e estima gerar 7 mil novos postos de trabalho no Paraná no ano safra 2009/2010

Mesmo num cenário de crise mundial, retração nos preços das commodities e quebra na produção de grãos causada pela estiagem, as cooperativas agropecuárias do Paraná vão investir R\$ 1 bilhão no ano safra 2009/2010. A ampliação do parque industrial do setor segue sendo prioridade, com aportes estimados em R\$ 583 milhões, ou 58% do total dos investimentos previstos. Armazenagem e recebimento de grãos vão demandar R\$ 305 milhões (31%) e os recursos destinados a setores estratégicos, como pesquisa e tecnologia da informação, serão da ordem de R\$ 110 milhões (11%). “Pelo terceiro ano conse-

cutivo os investimentos das cooperativas permanecem na casa de R\$ 1 bilhão. As cooperativas trabalham com a perspectiva de que a turbulência econômica deverá ser superada em função das ações desenvolvidas especialmente pelos Estados Unidos e a Europa. Projetos de grande porte, considerados prioritários, continuam em andamento”, afirma o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski. “Nesse ano safra, as cooperativas vão gerar cerca de 7 mil novos postos de trabalho”, estima.

O dirigente cita, como exemplo, os investimentos em avicultura da Coasul, Cocari e Coagru, que mantiveram planos

de expansão destinando recursos para a construção de abatedouros e formação da rede de produtores integrados. “A agroindustrialização das cooperativas do estado não vai parar, pois é um processo consolidado que traz valor agregado à produção dos cooperados e dinamiza a economia regional, gerando renda e empregos”, ressalta. “É claro que o setor está atento aos movimentos do mercado e às dificuldades por que passa a economia mundial. O momento exige cautela e bom senso, mas não há razões para desalento. Para 2009, trabalhamos com a perspectiva de crescer mais ou, no mínimo, manter os mesmos resultados obtidos no ano passa-

do”, explica. Em 2008, as cooperativas agropecuárias alcançaram um faturamento recorde de R\$ 22 bilhões, crescimento de 34% em comparação ao ano anterior.

Agroindústria – Do montante de investimentos que serão destinados a agroindustrialização, os projetos de avicultura (R\$ 215 milhões), torrefação de café e refino de óleo de soja (R\$ 78 milhões), moinhos de trigo (R\$ 69 milhões), lácteos (R\$ 53 milhões) e de suinocultura (R\$ 44 milhões), responderão pela maior parte dos aportes. “São recursos voltados principalmente para a ampliação e modernização de indústrias e construção de novas plantas”, explica o gerente técnico e econômico da Ocepar, Flavio Turra, que lembra também da ex-

pansão prevista nos segmentos de sucos de frutas (R\$ 39 milhões) e fabricação de malte de cevada (R\$ 35 milhões). “Em todos estes setores as cooperativas são grandes produtoras de matéria-prima. O passo seguinte é industrializar e comercializar no varejo”.

Setores estratégicos terão mais de R\$ 110 milhões – A agroindústria é a alternativa para aumentar o valor agregado da produção dos associados e melhorar a competitividade das cooperativas agropecuárias. Mas é apenas uma das frentes de atuação do setor, numa atividade marcada pela concentração de mercado e o predomínio de grandes tradings e corporações. “A produção agropecuária tem tido forte impulso devido aos avanços tecnológicos.

A pesquisa agrícola é imprescindível para ampliar a produtividade no campo. Quem estiver fora desse contexto, pagará os royalties aos detentores das patentes dos insumos (sementes, fertilizantes e agroquímicos) desenvolvidos”, lembra Turra. Para o ano safra 2009/2010, as cooperativas preparam investimentos superiores a R\$ 110 milhões em setores estratégicos, como pesquisa e experimentação agrícola, tecnologia de informação, logística, distribuição e adequação ambiental. “Os recursos para pesquisa agrícola cresceram dez vezes em comparação ao ano safra anterior. Serão mais de R\$ 22 milhões em experimentação e desenvolvimento de novas tecnologias”, ressalta. “É uma área que demandará cada vez mais investimentos”, conclui. ■

Planejamento de investimentos das cooperativas agropecuárias do Paraná para o período 2009/10

Resumo dos investimentos por setor 2009/10		
AGROINDÚSTRIA (58%)		R\$ 583.617.000,00
Setor pecuário	AVICULTURA	215.110.000,00
	SUINOCULTURA	44.663.000,00
	LÁCTEOS	53.500.000,00
	FABRICAS DE RAÇÕES	10.450.000,00
Setor agrícola	MALTARIA - CEVADA	35.544.000,00
	MOINHO - TRIGO	69.000.000,00
	USINA DE ÁLCOOL/AÇÚCAR	13.460.000,00
	TORREFAÇÃO DE CAFÉ ÓLEO DE SOJA	78.000.000,00
	SUCOS DE FRUTAS - CONCENTRADOS E PRONTOS PARA BEBER	39.000.000,00
	FERTILIZANTES	12.000.000,00
	OUTROS SUB-SETORES	12.890.000,00
	ARMAZENAGEM (31%)	305.300.000,00
Setor infraestrutura	ARMAZENAGEM E RECEBIMENTO DE GRÃOS - PR	255.300.000,00
	ARMAZENAGEM E RECEBIMENTO DE GRÃOS - MT e MS	50.000.000,00
ESTRATÉGICOS (11%)		110.428.000,00
Setor estratégico	LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO	5.186.000,00
	ÁREA ADMINISTRATIVA/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	26.282.000,00
	PESQUISA E UNIDADES DE EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA	22.450.000,00
	SETOR DE VAREJO E SUPERMERCADOS	7.400.000,00
	REFLORESTAMENTO E ADEQUAÇÕES AMBIENTAIS	22.110.000,00
	COLÉGIO - COLÔNIA VITÓRIA - ENSINO FUNDAMENTAL	1.000.000,00
LINHAS DE TRANSMISSÃO E COO-GERAÇÃO DE ENERGIA	26.000.000,00	
TOTAL		999.345.000,00

Fonte: Cooperativas agropecuárias, elaboração: Ocepar/Getec – abril 2009

A missão das jovens lideranças cooperativistas



Foto: Assessoria Ocepar

Manter o cooperativismo paranaense unido e fazer que o seu faturamento passe dos R\$ 25 bilhões para mais de R\$ 110 bilhões é a missão das jovens lideranças cooperativistas. Esse recado foi repassado pelo superintendente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, aos 120 participantes do Encontro da Liderança Cooperativista (Elicoop Jovem), realizado nos dias 23 e 14 de abril, em Curitiba. Eles foram selecionados para participar do encontro pelas cooperativas Bom Jesus, C.Vale,

Capal, Coagru, Cocari, Cocamar, Primato, Copacol, Copagril, Integrada, Lar e Nova Produtiva. Nesses dois dias os participantes ouviram palestras, fizeram uma avaliação das atividades realizadas em suas cooperativas e definiram a programação do próximo Jovemcoop, que acontecerá em Maringá.

A missão da 3ª geração – Depois de mostrar aos jovens os principais indicadores do cooperativismo paranaense, o superintendente do Sistema Ocepar falou da importância da primeira geração

de cooperativistas, os pioneiros lideraram a constituição das cooperativas. "Muitas destas pessoas já não estão mais conosco. Cada cooperativa teve na sua história um pioneiro, uma pessoa que ousou sonhar com um mundo melhor e que hoje temos orgulho de pertencer. A segunda geração fez o sistema saltar de um faturamento de R\$ 1 bilhão para R\$ 25 bilhões. Pessoas que construíram nossas agroindústrias, sistema de crédito, de saúde, de transporte. Somos o que somos hoje graças ao trabalho destas duas gerações de lideranças. Que conseguiram permanecer juntas, se integrar, se fortalecer", lembrou.

"Qual é o desafio da terceira geração que está vindo?" - perguntou Ricken aos jovens. O que pode acontecer? Ora, corremos o risco das próprias cooperativas competirem entre si, desmanchar todo este esforço das nossas pioneiras lideranças. Isto não pode acontecer, precisamos discutir este desafio de continuarmos crescendo de forma conjunta sem destruir o que já foi feito. Vocês são parte integrante desta terceira geração e precisam juntar forças e transformar esses R\$ 25 bilhões em R\$ 100 bilhões, gerando emprego e renda para milhares de paranaenses". Ao encerrar sua palestra, o superintendente do Sistema Ocepar convidou os colaboradores do SESCOOP a distribuírem a camiseta aos participantes. Concluiu lendo a frase dita por Henry Ford, escrita nas camisetas: "reunir-se é um começo... permanecer juntos é um progresso...e trabalhar juntos é um sucesso!".

Agenda legislativa da OCB vira referência

"A agenda legislativa é um marco referencial que possibilita o alinhamento e o conhecimento mais apurado das demandas e do pensamento do Sistema OCB sobre os projetos de lei e outras proposições eleitos como prioritários para as cooperativas brasileiras." A declaração foi feita pelo presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas, ao comentar o lançamento da Agenda Legislativa do Cooperativismo

2009, realizado em Brasília, no dia 11 de março, com a presença de parlamentares e lideranças cooperativistas.

Proposições - A publicação, em sua terceira edição, relaciona cerca de 90 proposições de interesse das cooperativas brasileiras em seus 13 ramos de atividades. Ela apresenta as conquistas legislativas em 2008, os projetos em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como os desafios propostos aos congressistas para que

possam formular proposições às duas casas do Congresso Nacional.

Iniciativa - A elaboração da Agenda é uma iniciativa da OCB por meio de sua Assessoria Parlamentar com apoio da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), que reúne 213 congressistas sendo 201 deputados federais e 12 senadores. A publicação também vai apoiar o Programa Brasil - Frencoop/OCB, uma parceria das duas instituições para implantação ou ampliação

UNIMED CURITIBA: inaugurado Centro de Excelência do Basquetebol

Foto: Assessoria Unimed Curitiba



Foi lançado no último dia 27 de abril, na cidade de Araucária, o projeto Centro de Excelência do Basquetebol. Idealizado pela Federação Paranaense de Basketball em parceria com a Prefeitura Municipal de Araucária, conta com o apoio da Unimed Curitiba. Inicialmente o projeto foi lançado em Curitiba e conta com a participação de mais de duas mil

crianças e adolescentes das escolas da rede pública municipal. Uma das idealizadoras do Centro de Excelência do Basquetebol, a ex-jogadora Hortência Macari, prestigiou a inauguração do projeto, ao lado do ex-jogador de futebol Raí e do judoca Rogério Sampaio, ganhador de uma medalha de ouro na Olimpíada de 1992. Também compareceram a solenidade de inauguração do projeto o prefeito de Araucária, Albanor Zezé Gomes, o presidente da Federação Paranaense de Basketball, Amarildo Rosa, o diretor Presidente da Unimed Curitiba, Sérgio O. Ioshii e o diretor-tesoureiro da Cooperativa Médica, Dr. Sheizi Ono e demais autoridades municipais.

A Unimed Curitiba incentiva o projeto por considerar a prática esportiva um

grande exemplo para os jovens seguirem uma vida mais saudável, além de ser uma ação de inclusão social. “É com grande alegria que apoiamos esta ação social, pois acreditamos que o esporte é um dos importantes meios de se incentivar as crianças a terem uma vida regrada e com saúde, além de ser um exemplo de que a união faz a força, pois é uma parceria que envolve a Prefeitura Municipal, o Federação de Basketball, a Unimed Curitiba e as Escolas Municipais”, ressalta o diretor-presidente da cooperativa médica, Sérgio O. Ioshii.

Para a ex-jogadora, Hortência Macari, iniciativas dessa natureza são fundamentais para ampliar o número de praticantes da modalidade e descobrir novos talentos do esporte. “O Centro de Excelência do Basquetebol é um exemplo que deve ser seguido em todo o Brasil, pois ajudará a mudar a vida de muitos jovens”, afirmou.

Seminário reuniu 1.500 mulheres

Mais de 1.500 mulheres participaram do 10º Seminário da Mulher da C.Vale, realizado em parceria com a Basf, em Palotina, no final de março. Foi o maior público registrado em dez edições do evento. O presidente da C.Vale, Alfredo Lang, fez a abertura do seminário e destacou a importância da participação feminina na cooperativa e nas decisões sobre os negócios da família. As mulheres já fazem parte de vários comitês da cooperativa, como de 35 núcleos femininos integrados por cerca de 720 mulheres de várias comunidades. O tema “Superando limites e crescendo com as oportunidades” foi abordado pelo professor João Roberto Gretz, que destacou que as mulheres são mais receptivas que os homens na aceitação de idéias e que superar desafios exige atitude e habilidade. O evento contou também com a presença de Sônia Lang, esposa do presidente da cooperativa, da primeira dama e secretária do Trabalho e Ação Social de Palotina, Miriam Giacometti, das coordenadoras do Centro Educativo Rural Feminino (Cerf) de municípios da área de ação da C.Vale, que ajudaram a entregar 15 cestas com produtos C.Vale e chocolates para a instituição de caridade. As participantes do seminário também doaram alimentos, que foram repassados a entidades assistenciais da região.

Foto: Assessoria C. Vale



COOPERATIVA DO ANO: Inscrições vão até 30 de junho

O dia 30 de junho é a data limite para postar nos correios a inscrição ao Prêmio Cooperativa do Ano, promovido pelo Sistema OCB, Sescop Nacional e Revista Globo Rural. A novidade deste ano é a inclusão de mais dois ramos na premiação: educacional e trabalho. Já fazem parte do prêmio os ramos agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, saúde e transporte, agora sem vinculação com o meio rural, como ocorria anteriormente. As categorias foram definidas pelos representantes nacionais dos ramos da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

A proposta é dar mais visibilidade aos diversos segmentos nos quais as cooperativas estão inseridas, mostrar às experiências bem-sucedidas e ampliar a percepção da sociedade sobre estas organizações, que têm bons exemplos de autogestão. O prêmio é voltado a todas as cooperativas sin-

gulares ou centrais, sediadas no Brasil, registradas e adimplentes no Sistema OCB. Para participar as cooperativas devem preencher a ficha de inscrição que está disponível no site do prêmio hospedado no portal www.brasilcooperativo.coop.br.

O site contém todas as informações sobre a premiação e orientação para a elaboração dos projetos.

Os dados ajudarão a formatar os projetos, de acordo com as normas previstas no regulamento do prêmio, que também tem um espaço especial no site.

As cooperativas podem concorrer no ramo em que estão inseridas com um ou mais projetos, identificando, nos formulários, o ramo e a categoria. Os interessados devem enviar duas cópias do projeto, uma impressa e a outra em CD-R, todas identificadas com os dados da ficha de inscrição para o seguinte endereço: Gerência de Comunicação da

OCB – Prêmio Cooperativa do Ano - Edição 2009. Endereço: Setor de Autarquias Sul, Quadra 4, Bloco I - CEP 70070-936, Brasília (DF).

Em cada categoria, duas áreas temáticas para inscrição dos projetos, exceto a agropecuário, que abrange educação cooperativista, gestão profissional, inovação tecnológica, marketing, meio ambiente e responsabilidade social. As categorias foram definidas com o apoio das organizações estaduais e dos representantes nacionais dos ramos da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

No ano 2008 os Estados que mais se destacaram em números de projetos apresentados foram o Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraná. Na categoria geral foram 11 os projetos vencedores, assinados por nove cooperativas que concorreram com 107 projetos.

Agronegócio: insumos e fatores de produção na agricultura brasileira

Estruturada de maneira clara e concisa, esta publicação tem por objetivo apresentar o mercado de alguns dos principais insumos e fatores de produção que influenciam os custos de produção e a competitividade da agricultura.

Elaborada pelos profissionais da Gerência Técnica e Econômica da Ocepar e publicada pelo Sescop/PR, o livro analisa competidamente a cadeia de fertilizantes, dos defensivos agrícolas, das sementes, dos combustíveis, das máquinas e equipamentos, dos corretivos de solo, bem como o trabalho, os serviços e o capital de investimento na agricultura, o seguro rural e o comportamento dos preços de terras no Brasil.

O Brasil possui quase 20% da área agricultável do mundo e utiliza apenas cerca de 50% de seu potencial. O

agronegócio responde por 30% do PIB nacional, 35% dos empregos, 37% das exportações, contribuindo de maneira decisiva para a produção de alimentos e a geração de renda e de divisas. Os insumos agrícolas e os fatores de produção possuem importância fundamental para o desempenho das atividades agrícolas, respondendo por mais de 10% do PIB do agronegócio. O crescimento sustentável do agronegócio deriva do conhecimento destes fatores e sua melhor aplicação.

A publicação visa servir de apoio aos profissionais das cooperativas em sua atividade de assistência técnica aos cooperados, bem como aos produtores rurais em geral. À disposição de interessados através de solicitação pelo e-mail: biblioteca@ocepar.org.br (Colaboração: Sigrid U. L. Ritzmann)



Seu futuro está poupedindo. Faça uma Poupedi SICREDI.



Poupedi SICREDI

A poupança que cresce com você.

A Poupedi SICREDI vai ajudar você a realizar seus sonhos com a maior segurança. Acesse www.poupedisicredi.com.br para aprender a poupar e conhecer as vantagens de fazer uma Poupedi SICREDI.

Produto do Banco Cooperativo SICREDI S.A. Consulte disponibilidade na sua cooperativa de crédito. Ouvidoria SICREDI - 0800 646 2519.

www.poupedisicredi.com.br





Foto: Assessoria Ocepar

O presidente da ACI fotografado para a revista Paraná Cooperativo, em 2005, em Foz do Iguaçu

Cooperativismo perde Ivano Barberini

Após longa doença, morreu na manhã do dia 6 de maio, em Modena (Itália), o respeitado líder cooperativista mundial Ivano Barberini. Tinha 40 anos de experiência no movimento cooperativista italiano, onde ocupou cargos de destaque antes de substituir, em 2001, o brasileiro Roberto Rodrigues na presidência da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Fez várias viagens ao Brasil e em duas delas concedeu entrevista à revista Paraná Cooperativo. A primeira vez durante a realização do XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo, em novembro de 1997. A segunda entrevista concedeu em Foz do Iguaçu, durante viagem de conhecimento às cooperativas do Sul, em agosto de 2005.

Ivano Barberini, que nasceu em Modena em 1939, desempenhou diversas funções na área da investigação econômica e social e gestão empresarial. Ocupou, entre outras funções de responsabilidade, a de gerente da Coop Modena, de presidente da Coop Itália (com sede em Bolonha), de presidente da Coop Emilia Veneto. De 1978 a 1996 foi presidente da Coop (Associação Nacional dos Consumidores); de 1990 a 1996 presidiu a Eurocoop; de 1996 a 2002 a Liga Nacional das Cooperativas e Mútuas. Presidiu a Aliança Cooperativa Internacional de 2001 até seu falecimento, poucos dias antes de completar 70 anos.

Na Itália foi reconhecido como um dos mais prestigiados líderes do movimento cooperativo italiano e internacional. Segundo os jornais italianos que comentaram seu desaparecimento, atuou sempre com paixão e inteligência, preocupado em consolidar e desenvolver a experiência cooperativa, divulgar os princípios e os valores de solidariedade e participação. Contribuiu significativamente para a construção do sucesso e do reconhecimento crescente do movimento cooperativo pelas instituições e da sociedade. Mesmo doente continuou trabalhando e na véspera de seu falecimento pediu relatórios relacionados ao seu trabalho.

O reconhecimento de sua liderança veio do próprio presidente da República da Itália, Giorgio Napolitano, que enviou mensagem de pesar pela morte do “líder expoente da Cooperação Italiana”, afirmando ainda que “desaparecia um apaixonado combatente pelo progresso social e civil e pela paz, com atuação destacada na promoção do desarmamento mundial”. No Brasil, o presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, entre outras lideranças, lamentaram o prematuro falecimento de Barberini.

Seu pensamento:

“Todos nós sabemos que o mundo está se desenvolvendo muito rapidamente, que precisamos mudar as nossas estratégias de acordo com o novo cenário econômico-social e ao mesmo tempo em que esse sistema econômico tem que manter a solidariedade e a equidade necessárias”.

“O movimento cooperativista deve renovar laços e devemos pressionar as instituições para reconsiderar a sua contribuição na solução desses grandes problemas. A nossa experiência histórica se baseia na administração das contradições entre os aspectos econômicos e os aspectos sociais, entre integração e autonomia, e é esse o desafio de cada país, agora e no futuro”.

“Se quisermos mudar a cultura dominante, devemos firmar um conceito de mercado que não seja baseado apenas nos preços, mas que seja um mercado que contenha a solidariedade, a qualidade dos produtos, a defesa da saúde e do ambiente. A criação de trabalho digno, um mercado que contenha valores, não somente preços”.

“A força da cooperação não é projetar a idéia de defender os interesses dos cooperadores. A força da cooperação é projetar a idéia em defesa do interesse geral da sociedade”.

“Se os nossos valores falam de democracia e participação, temos que tornar isso realidade. Se dizemos que somos pela diferença no aspecto da unidade das pessoas, é um empenho que assumimos, que deve ser colocado em prática. Tem uma palavra que está num conjunto de coisas: devemos ser coerentes”.





Qual é o tamanho dessa crise?

Que a crise existe não há nenhuma dúvida. Mas algumas escolhas a gente tem que fazer. Deixar como está ou inovar? Ficar na mesmice ou inventar? Beijar a lona ou contra-atacar? Desaparecer ou crescer? Para todas essas perguntas, existe uma só resposta: **acreditar** em nossa força de trabalho, em nosso estado, em nosso país.



O futuro a gente faz agora.
MOVIMENTO PRÓ-PARANÁ.

Apoio: _____





Sistema
Ocepar

Federação Cooperativa do Paraná

HEADS

250
COOPERATIVAS

500
MIL
COOPERADOS

MAIS DE 1 MILHÃO
DE POSTOS DE TRABALHO
BENEFICIANDO DIRETAMENTE
2 MILHÕES
DE PARANAENSES.



COOPERATIVAS
ORGULHO
DO PARANA

Cooperativas. Milhares de números, milhares de sonhos, um só desafio: gerar felicidade.